



Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Arthur Alves Costa Lignani de Miranda**

**A PESSOA IDOSA E A CIDADE:**  
um Centro de Convivência para o Bairro Santa Terezinha

Juiz de Fora  
Julho/2023



Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Arthur Alves Costa Lignani de Miranda**

**A PESSOA IDOSA E A CIDADE:**  
um Centro de Convivência para o Bairro Santa Terezinha

Monografia apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial  
para conclusão da disciplina Trabalho de  
Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Sá Resende  
Pedroso

Juiz de Fora  
Julho/2023

**Arthur Alves Costa Lignani de Miranda**

**A PESSOA IDOSA E A CIDADE:**  
um Centro de Convivência para o Bairro Santa Terezinha

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Data da Aprovação:

Juiz de Fora \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

EXAMINADORES

---

Prof. Orientador: Dr. Emmanuel Sá Resende Pedroso

Juiz de Fora  
Julho/2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Miranda, Arthur Alves Costa Lignani de.

A pessoa idosa e a cidade: : um Centro de Convivência para o bairro Santa Terezinha / Arthur Alves Costa Lignani de Miranda. -- 2023.

86 p. : il.

Orientador: Emmanuel Sá Resende Pedroso

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

1. Envelhecimento. 2. Espaço coletivo. 3. Apropriação. I. Pedroso, Emmanuel Sá Resende, orient. II. Título.

## Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe Lygia (in memoriam) e ao meu pai Luis Augusto.

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, à minha mãe Lygia (in memoriam) e ao meu pai Luis Augusto que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida e são parte fundamental da minha formação. Estendo o agradecimento a outros familiares que também estiveram comigo.

Aos meus amigos e amigas, de Manhuaçu e de Juiz de Fora, especialmente à Sophia, minha dupla durante toda a graduação na FAU.

Ao meu orientador, professor Emmanuel, por todos os ensinamentos e valiosos aprendizados durante este trabalho e nas atividades acadêmicas.

A Deus, por todas as possibilidades.

## Epígrafe

“O envelhecimento não é “juventude perdida”,  
mas uma nova etapa de oportunidade e força”.

Betty Friedan.

## Resumo

A temática abordada na presente monografia é a relação entre o processo de envelhecimento e os ambientes construídos e urbanos, compreendendo as potencialidades da arquitetura e do urbanismo em garantir qualidade de vida e sensações de pertencimento e possibilidades de apropriações, atentando-se às demandas específicas diante desta etapa da vida. Visando atingir o objetivo de fundamentar a proposta de um Centro de Convivência a ser projetado no TCC II, realizaram-se estudos, cujo enfoque teórico ocorreu principalmente a partir das autoras Perracini (2013) e Yassuda (2013) que abordam de maneira cuidadosa e eficiente temáticas referentes aos ambientes e espaços para os indivíduos idosos e suas demandas quanto à adaptabilidade e planejamento e os aspectos referentes à memória no processo de envelhecimento, respectivamente. Ademais, Tuan (1980; 1983) foi indispensável para a fundamentação do trabalho, discorrendo sobre memórias, experiências e afetividade de maneira conjunta com os contextos e realidades. Foram realizados três estudos de caso, sendo estes o Centro Sentido para Idosos, um retiro ao ar livre e o Centro de Convivência do Idoso em Juiz de Fora, que, possuindo localidades, realidades e portes diferentes, foram fundamentais para o entendimento. Em acréscimo, realizaram-se análises históricas, sociais e técnicas quanto ao bairro Santa Terezinha, sendo possível concluir a importância e a possibilidade do presente trabalho em gerar um acréscimo valioso à área, atendendo a uma demanda por espaços coletivos adequados em um contexto em que o envelhecimento tende a continuar avançando, quantitativa e qualitativamente.

**Palavras-chave:** (1) Envelhecimento. (2) Espaço coletivo. (3) Apropriação.



## **Abstract**

The theme of this monograph is the relationship between the aging process and the built and urban environments, understanding the potential of architecture and urbanism to promote quality of life, the sense of belonging and possibilities for appropriations, attending the specific demands of this stage of life. Aiming to achieve the objective of substantiating the proposal of a Convivence Center to be projected in the second semester of this academic work, were developed studies about the theme with a theoretical focus mainly based on the authors Perracini (2013) and Yassuda (2013), who carefully approaches topics related to spaces for the elderly people and their demands about adaptability, planning and the aspects related to the memory during the aging process, respectively. In addition, Tuan (1980; 1983) was indispensable to the work, discussing memories, experiences and affectivity related with the contexts and realities. Three cases were studied: the “Sentidos Comprehensive Center for the Elderly”, an outdoor retreat and the Elderly Convivence Center in Juiz de Fora, Brazil, that, in different countries, realities and sizes, were fundamental. Furthermore, historic, social and technical analyses were conducted about the Santa Terezinha neighborhood, leading to the conclusion of the importance and potential of this work in promoting a valuable addition to the area, meeting the demands of convivence and public places in a context that the aging of the population tends to continue increasing, quantitatively and qualitatively.

**Palavras-chave:** (1) Aging. (2) Collective spaces. (3) Appropriation.

## Lista de Ilustrações

Figura 1 - Pirâmide da população mundial em 2002 e em 2025.	21
Figura 2 - Envelhecimento da população brasileira em 2000, 2025 e 2050.	22
Figura 3 - Caminhos relacionando o ambiente construído e a natureza no Centro Sentidos para Idosos.	37
Figura 4 - Integração entre interior e exterior na área da piscina.	38
Figura 5 - Planta baixa do primeiro pavimento.	40
Figura 6 - Planta baixa do pavimento superior.	40
Figuras 7 e 8 - Acessibilidade na área externa e no interior.	42
Figura 9 - Localização do Centro Sentidos para Idosos em Funes, Argentina.	43
Figura 10 - O retiro, situado na floresta ao norte de Oslo.	45
Figuras 11 e 12 - Planta baixa e uma das fachadas do retiro, respectivamente.	46
Figuras 13 e 14 - Mobiliário flexível e integração entre interior e exterior.	47
Figura 15 - O acesso ao Retiro.	48
Figura 16 - Localização do CCI em Juiz de Fora.	50
Figura 17 - Postais Antigos da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri.	52
Figura 18 - Fachada do CCI, na Rua Espírito Santo.	53
Figura 19 - Entrada do CCI e rampa para o 2º pavimento.	54
Figuras 20 e 21 - Auditório e sala para refeições.	55
Figuras 22 e 23 - Sala de artesanato e sala de informática.	55
Figuras 24 e 25 - Espaço livre e sala de jogos de mesa, respectivamente.	56
Figuras 26 e 27 - Espaço Verde CCI.	57
Figuras 28 e 29 - Banheiros no 1º pavimento do CCI e o banheiro acessível deste pavimento, respectivamente.	58
Figura 30 - Localização de Juiz de Fora em Minas Gerais – Brasil.	62
Figura 31 - Localização do Bairro Santa Terezinha em um recorte da cidade de Juiz de Fora.	65
Figura 32 - Fazenda da Tapera.	66
Figura 33 - Imagem aérea do bairro Santa Terezinha atualmente.	67
Figuras 34 e 35 - Faixa etária e comparação quantitativa entre indivíduos idosos e jovens, respectivamente.	68

Figura 36 - Localização do terreno escolhido no bairro.	69
Figuras 37 e 38 - O terreno na Rua Josefina Tristão.	70
Figura 39 - Mapa de áreas verdes presentes nas proximidades.	71
Figura 40 - Mapa de fluxos e de pontos de ônibus.	74
Figura 41 - Mapa de Usos.	75
Figura 42 - Mapa de Gabaritos.	76
Figura 43 - Legislação aplicável ao lote.	77

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Resumo das Políticas Públicas brasileiras voltadas à Pessoa Idosa.	22
Quadro 2 - Barreiras presentes nos Espaços e na Sociedade.	26
Quadro 3 - Comparativo entre os Casos quanto ao Atendimento à ABNT NBR 9050:2020 e à Portaria nº 73 (2001).	59
Quadro 4 - Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento.	79

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
APP	Área de Preservação Permanente.
AIVD	Atividades Instrumentais de Vida Diária.
AVD	Atividades de Vida Diária.
CCI	Centro de Convivência do Idoso.
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos.
NBR	Norma Brasileira.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>15</b>
<b>1. A pessoa idosa, a arquitetura e a cidade</b>	<b>19</b>
1.1. A Pessoa Idosa	19
1.2. Relações entre a Pessoa Idosa e o Ambiente	24
1.3. Os Espaços para a Pessoa Idosa	27
1.4. Serviços e Modalidades de Atendimento à Pessoa Idosa no Brasil	31
1.5. O Centro de Convivência	32
<b>2. Estudo de Casos</b>	<b>36</b>
2.1. Centro Sentidos para Idosos	37
2.2. Retiro ao ar livre / Snøhetta	44
2.3. Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco	50
<b>3. Um centro de convivência no bairro Santa Terezinha</b>	<b>62</b>
3.1. O Bairro Santa Terezinha	64
3.2. O terreno	69
3.3. Programa de Necessidades	77
3.4. Diretrizes	80
<b>Considerações Finais</b>	<b>82</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>83</b>

## Introdução

O envelhecimento corresponde a um processo que é realidade no Brasil e em todo o mundo, de maneira cada vez maior e mais frequente, sendo o aumento da expectativa de vida uma consequência das melhorias na qualidade de vida, de maneira geral, dentre elas os avanços na medicina, com prevenções e tratamentos que otimizam os cuidados com a saúde, políticas públicas e também as mudanças que envolvem o ambiente em que as pessoas vivem, com mais acessos à infraestrutura, à educação, à espaços que estimulam o bem-estar, dentre outros. Desta forma, o presente trabalho irá desenvolver os estudos com enfoque nas relações com o ambiente, visando que o ambiente a ser projetado – um Centro de Convivência no bairro Santa Terezinha – tenha potencial de gerar afetações positivas à sociedade local, ou seja, o bairro e seu entorno, especialmente às pessoas idosas.

Os assuntos abordados nesta monografia são pauta de diversas discussões, principalmente nos contextos atuais, sendo a fundamentação teórica composta por referências que englobam estudos, organizados a partir das relações macro/micro, partindo da contextualização quanto ao processo de envelhecimento, alterações e demandas que surgem ao longo do mesmo, com estudos de fontes primárias e secundárias interdisciplinares, o que é indispensável para a efetiva compreensão do assunto e, a partir disto, compreendendo as transformações sociais de maneira correlacionada com as transformações urbanas, uma vez que estes fatores são amplamente interligados. Posto isso, a fundamentação teórica se aprofunda quanto aos atendimentos e serviços prestados à pessoa idosa e suas respectivas ambiências, apontando a fundamentalidade do espaço inclusivo, acessível e adequado.

Tratando-se de um tema que tende a ter ainda maior número de pesquisas no futuro e que já está em evidência, devido à sua característica mundial e comum a todos, o presente trabalho possui sua relevância ao abordar estas relações e ao projetar um espaço com enfoque no contexto local.

## **Justificativa**

Apesar do caráter evidentemente positivo do aumento da longevidade, que pode ser considerada uma das grandes e benéficas conquistas da humanidade, diversos desafios podem ser percebidos na atualidade para lidar com o envelhecimento da população que, mesmo tratando-se de um processo natural e inerente ao ser humano, traz consigo perdas de capacidades funcionais ao longo do tempo, e conseqüentemente, novas demandas, que envolvem não só a pessoa e seus familiares, como também toda a sociedade. Essas demandas podem variar de pessoa para pessoa, uma vez que o envelhecimento não ocorre da mesma forma para todos os indivíduos, e é fundamental considerar as particularidades de cada um. Infelizmente, em muitos casos, não são garantidos os direitos e a autonomia a tais pessoas, prejudicando as possibilidades de apropriação, por exemplo, quando vivenciam-se barreiras nos espaços e nas atitudes. Uma vez que as pessoas estão podendo viver mais, o que por si só já comprova a importância do tema, é de grande relevância social que se busquem maneiras de promover possibilidades de relações positivas com o ambiente, para que mesmo com o avanço da idade, possa-se viver com qualidade, autonomia, respeito e dignidade. Ademais, retomando-se o fato de se tratar de uma temática universal e que afeta toda a sociedade e que pode afetar diretamente a todos os indivíduos, a realização de pesquisas acerca da pessoa idosa na cidade e da promoção de espaços que possibilitem sua inclusão é fundamental e tende a gerar desdobramentos capazes de gerar produtos importantes, em um assunto que não se esgotará por aqui, uma vez que está em constante desenvolvimento.

## **Objetivos**

Levando em consideração a vitalidade em se promover espaços que não só sejam capazes de proporcionar autonomia e acessibilidade aos indivíduos idosos, como também permitir seu convívio em sociedade e trocas positivas nas constantes relações entre as pessoas entre si e com os espaços, a presente monografia abordará um Centro de Convivência, ambiente pensado a partir de tais considerações.



## **Gerais**

O objetivo principal do presente trabalho é o embasamento e fundamentação para o projeto de um Centro de Convivência no Bairro Santa Terezinha, na cidade de Juiz de Fora, a ser realizado na etapa seguinte do Trabalho de Conclusão de Curso, voltado para as pessoas idosas e considerando-se as possibilidades da arquitetura em proporcionar melhores experiências e qualidade de vida para essa parcela da população.

## **Específicos**

- Analisar referências bibliográficas sobre o processo de envelhecimento, aprofundando o conhecimento sobre as pessoas idosas e seus direitos, necessidades e demandas;
- Estudar casos correlatos ao objetivo principal, dentre estes, espaços públicos urbanos e projetos de ambientes construídos destinados à pessoa idosa, a fim de analisá-los criticamente e adquirir conhecimentos potencialmente aplicáveis ao futuro projeto;
- Analisar o contexto local – o bairro Santa Terezinha, em Juiz de Fora – a fim de desenvolver um projeto de um Centro de Convivência capaz de melhorar as experiências dos idosos do bairro e da cidade e possibilitar interações entre os mesmos e o restante da sociedade.

## **Metodologia**

A principal metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho foi a documentação indireta, a partir de análises realizadas através das referências bibliográficas e digitais, bem como pesquisas documentais e históricas, visando a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo na sociedade e nos contextos, ou seja, no processo de envelhecimento, nos ambientes urbanos e a cidade e no bairro onde será desenvolvido o projeto. Ademais, integram a monografia os estudos de casos realizados, objetivando obter referenciais projetuais e questionamentos acerca das estratégias empregadas.

Deste modo, a monografia é estruturada abordando as relações entre a pessoa idosa, a arquitetura e a cidade, conceituando estes elementos e também explorando transformações sociais e urbanas ao longo do tempo, que estão amplamente relacionadas com a realidade das pessoas com os processos ocorridos ao longo da vida. Adiante, estudam-se os espaços, serviços e modalidades de atendimento à pessoa idosa no Brasil, fundamentando as ideias apresentadas e convergindo para o projeto a ser realizado. Após a etapa dos estudos de casos, já citados anteriormente, aprofunda-se no contexto local, com os estudos relacionados ao contexto local (a cidade, o bairro, o terreno), que, conjuntamente com as etapas anteriores, são fundamentais para o estabelecimento do programa de necessidades e das diretrizes.

Outra importante etapa presente na realização deste trabalho foi a visita ao Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco (CCI), situado na cidade de Juiz de Fora, sendo este um dos casos analisados no desenvolvimento da monografia e, além disso, ressalta-se que tal visita foi fundamental para o aprofundamento e o entendimento de como funciona, na prática, o espaço amplamente relacionado e integrado ao tema.

## **1. A pessoa idosa, a arquitetura e a cidade**

O processo de envelhecimento é natural ao ser humano, bem como a todas os seres vivos existentes, e que ocorre de maneira individual e particular a cada pessoa, de acordo com suas características e especificidades, mas que ocorre de maneira universal, conforme corrobora a Organização Pan-Americana de Saúde, que caracteriza o envelhecimento como:

um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte” (OPAS, 2003 apud BRASIL, 2006, p. 8).

Ao longo deste processo, que será tratado de maneira mais aprofundada adiante, no decorrer do presente trabalho, novas demandas ocorrem, e a pessoa idosa deve ser pensada de maneira cuidadosa pelas políticas públicas, sendo uma temática fundamental para a sociedade.

### **1.1. A Pessoa Idosa**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com as Nações Unidas, são considerados indivíduos idosos, cronologicamente, aqueles que possuem 60 anos ou mais, de forma geral. Para tal definição, consideram-se diferentes dimensões e aspectos da vida, ou seja, desde os fatores biológicos e psicológicos a fatores locais, como econômicos e culturais. Porém, conforme citado anteriormente, tratando-se de um processo que possui características individuais, a idade mínima pode variar de acordo com o contexto, por exemplo, podendo alguns países adotarem idades diferentes para fins de políticas públicas.

É imprescindível pontuar que a idade cronológica, quando analisada de maneira independente, não é suficiente para compreender satisfatoriamente o processo de envelhecimento, por consequência das citadas características individuais, com a heterogeneidade entre os indivíduos idosos quanto a seus aspectos de saúde, sociais, funcionais, dentre outros, conforme afirma Izquierdo (2002 apud YASSUDA *et al.*, 2013, p. 2046), considerando-se ainda que as alterações que ocorrem de maneira particular a cada indivíduo englobam ainda as memórias.

No caso do Brasil, a definição de indivíduo idoso vai de encontro com a caracterização estabelecida pela OMS, uma vez que o Estatuto da Pessoa Idosa, integrante da legislação nacional, é “[...] destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2013, p. 7).

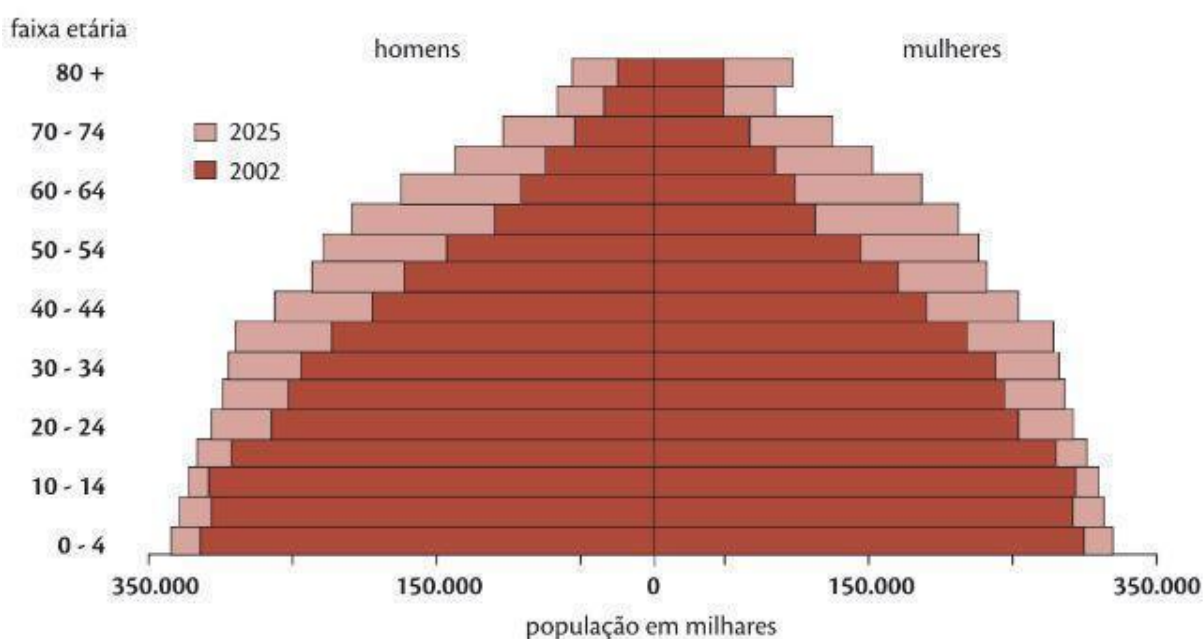
Visando analisar o processo de envelhecimento, é inevitável abordar transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, especialmente em contextos mais recentes, de maneira conjunta com os avanços tecnológicos, na saúde e na qualidade de vida, ocasionando um maior número de pessoas idosas, trazem consigo novas demandas sociais e econômicas. O aumento da longevidade se iniciou e intensificou, em um primeiro momento, nos países desenvolvidos, e atualmente se estende para os países em desenvolvimento, nos quais, conforme pontua a OMS (2005, p. 8), a existência de medidas capazes de ajudar os indivíduos a se manterem ativos e saudáveis durante o processo de envelhecimento, corresponde a uma necessidade, indispensável para a qualidade de vida dos mesmos, e não um luxo.

Aprofundando quanto às transformações nas faixas etárias da sociedade, é fundamental abordar a revolução demográfica, na qual percebe-se uma redução na taxa de natalidade, devido a fatores econômicos, familiares, culturais e avanços na medicina e de métodos contraceptivos, e o aumento da longevidade. O número de pessoas com 60 anos ou mais está aumentando por todo o mundo, tanto de maneira absoluta quanto na proporção, estimando-se que:

entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223%, ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas. Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento (OMS, 2005, p.8).

É imprescindível que as políticas públicas levem em consideração a composição etária, ou seja, as proporções entre as diferentes faixas etárias, com a finalidade de compreender as dinâmicas populacionais e mudanças na estrutura social. A pirâmide etária que estima e faz projeções comparando a população mundial nos anos de 2002 e 2025 (Figura 1) ilustra tais considerações trazidas até aqui, deixando de ter “proporções triangulares”, com a proporção de pessoas mais velhas aumentando, em detrimento da taxa de natalidade. Desta forma, as dinâmicas existentes na sociedade trazem consigo as especificidades que devem ser pensadas cuidadosamente e de maneira processual, para que tais políticas públicas possam atender, quantitativamente e qualitativamente às necessidades da população.

Figura 1 - Pirâmide da população mundial em 2002 e em 2025.

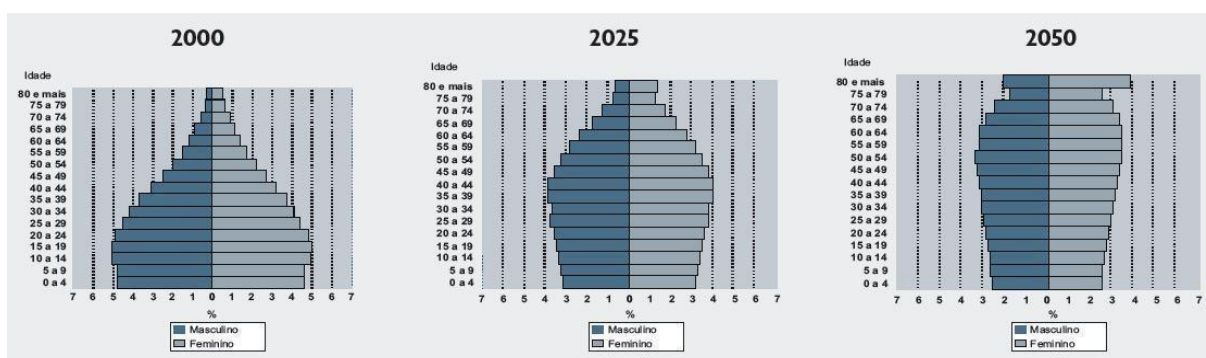


Fonte: Nações Unidas (2001 apud OMS, 2005, p. 9).

No Brasil, pode-se perceber situação semelhante, evidenciando novamente que trata-se de um processo universal, mesmo ocorrendo de maneira diversificada e particular de acordo com cada pessoa e seu contexto. Nacionalmente, é perceptível a mesma redução da taxa de fecundidade, que juntamente com as mudanças em tais indicadores de saúde, contribui para o aumento da esperança de vida e consequentemente um maior número de pessoas idosas, conforme demonstra a projeção feita pelo IBGE (Figura 2), por sua vez, considerando inclusive um prazo mais longo. Em acréscimo a tais ponderações, foi realizada, em 2018, também pelo IBGE, uma projeção populacional, na qual estima-se que no ano de 2060, aproximadamente um quarto da população brasileira terá mais de 65 anos, complementando-se ainda que, no referido ano:

o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5% (58,2 milhões de idosos), enquanto em 2018 essa proporção é de 9,2% (19,2 milhões). Já os jovens (0 a 14 anos) deverão representar 14,7% da população (33,6 milhões) em 2060, frente a 21,9% (44,5 milhões) em 2018 (IBGE, 2018, s/p.).

Figura 2 - Envelhecimento da população brasileira em 2000, 2025 e 2050.



Fonte: IBGE (apud BRASIL, 2006, p. 8).

Analisando, ao longo do tempo, a legislação nacional, pode-se perceber o constante desenvolvimento das políticas públicas ao longo das últimas décadas, acompanhando a tendência e a realidade do aumento da longevidade, estando algumas delas apresentadas no Quadro 1, que apresenta, de maneira resumida e cronológica, algumas das principais efetivadas e que demonstram .

Quadro 1 - Resumo das Políticas Públicas brasileiras voltadas à Pessoa Idosa.

Políticas Públicas Nacionais relacionadas ao Indivíduo Idoso	
Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994.	Política Nacional do Idoso.
Lei nº 10.741 de 2003.*	Estatuto do Idoso.
Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
Decreto nº 8.114 de 2013.	Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.
Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.	*Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.

Fonte: BRASIL (1994, 2003, 2013, 2022).

A partir do Quadro acima, pode-se ainda perceber que as Leis estão em constante desenvolvimento e atualização, acompanhando as transformações sociais, por exemplo com a utilização do termo “pessoa idosa”, mais inclusivo e adequado, em

substituição ao termo “idoso”, através do qual ocorriam abordagens mais genéricas e impessoais.

Adentrando nas modificações ocorridas na vida da pessoa ao longo do tempo, tanto em aspectos físicos quanto em aspectos psicológicos, deve-se entender a capacidade funcional e seus aspectos durante a vida. De maneira sintética, esta pode ser entendida como um processo progressivo e dinâmico, que traz consigo possíveis limitações para o exercício das atividades, tanto as de vida diária (AVD), que se relacionam ao autocuidado do indivíduo idoso, quanto a si próprio e básicas para a sobrevivência, como também nas instrumentais de vida diária (AIVD), que correspondem a atividades mais complexas vivenciadas no cotidiano e que são partes integrantes de uma vida com autonomia e independência (FREITAS; MIRANDA, 2013). Em adendo a tais constatações, é fundamental pontuar que, apesar das consequências naturais e inerentes ao processo, correspondentes ao conceito de senescência, há ainda o envelhecimento com problemas relacionados a processos patológicos, o que é conceituado pelo Caderno de Atenção Básica, elaborado pelo Ministério da Saúde, que complementa as informações tratadas acima, demonstrando que:

o envelhecimento pode ser compreendido como um processo natural, de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos – senescência - o que, em condições normais, não costuma provocar qualquer problema. No entanto, em condições de sobrecarga como, por exemplo, doenças, acidentes e estresse emocional, pode ocasionar uma condição patológica que requeira assistência - senilidade. Cabe ressaltar que certas alterações decorrentes do processo de senescência podem ter seus efeitos minimizados pela assimilação de um estilo de vida mais ativo (BRASIL, 2006, p. 8).

Assim, para que o envelhecimento populacional possa ocorrer de maneira otimizada e adequada, almeja-se que, além do aumento da longevidade, estes aos possa ser vividos com mais qualidade de vida, surge, a partir disto, o conceito do envelhecimento ativo, que corresponde ao “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005, p. 13), dessa forma, reafirma-se que as atualizações ao longo do tempo também envolvem o surgimento de novos conceitos, adaptados às novas realidades sociais..

O conceito é ainda reforçado de acordo com Matsudo (2006); OMS (2002 apud YASSUDA *et al.*, 2013, p. 2053), afirmando que “a adoção de um estilo de vida saudável, com base na prática de atividades físicas e mentais, com alimentação

equilibrada e envolvimento social pode favorecer a neuroproteção e levar ao envelhecimento saudável do ponto de vista cognitivo”, que também pontua a indissociabilidade nas relações supracitadas para um envelhecimento ótimo.

## **1.2. Relações entre a Pessoa Idosa e o Ambiente**

As transformações ocorridas na vida da pessoa durante o processo de envelhecimento ocorrem de maneira concomitante às transformações urbanas, e se relacionam de maneira semelhante a “causas e consequências”, levando em consideração o fato de que, ao mesmo tempo em que os indivíduos são afetados pelas transformações nos espaços onde vivem e frequentam, elas também reagem de maneira a desejar espaços que se adequem a seus novos pensamentos e anseios, conseqüentemente fazendo com que os ambientes a serem projetados levem em consideração as novas especificidades e demandas sociais.

De maneira semelhante à influência que o contexto em que cada indivíduo vive exerce em seu processo de envelhecimento, os fatores relacionados ao espaço e tempo influenciam, ademais, nas percepções, preferências e relações, com cultura, meio ambiente, homem e natureza sendo conceitos amplamente interligados, conforme pontua Tuan (1980), levando em consideração que:

para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico (TUAN, 1980, p.68).

Pode-se, portanto resumir e reafirmar sobre a indissociabilidade entre as transformações sociais e as transformações urbanas, tendo as pessoas idosas como “testemunhas” dos processos ocorridos nos ambientes frequentados, e ainda no mundo, de forma geral, considerando-se a difusão das informações nos contextos mais recentes.

É evidente que, tendo presenciado grande parte das transformações ocorridas nas últimas décadas, as experiências dos cidadãos sobre o qual o presente trabalho enfoca, são fundamentais não só para a formação individual destes, como para a sociedade como um todo. Devido à vastidão destas experiências, acumuladas ao longo da vida e do processo de envelhecimento em um mundo em constante



mudança, inevitavelmente, entende-se que, além das melhorias e dos aspectos positivos, tais pessoas também vivenciaram situações negativas e desafios, a partir das quais pode-se aprender sobre a influência do espaço urbano no cotidiano.

Fundamentando as análises realizadas acima, sobre as vivências nos espaços, Tuan (1983) compreende que as experiências são indispensáveis para que se “sinta” e conheça um lugar, afirmando o papel do tempo para a ocorrência destas relações e atribuições de valores, sentimentos e emoções, enfatizando o cotidiano, ao longo dos anos, de maneira conjunta com os sentidos, sendo “uma mistura singular de vistas, sons, cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar” (TUAN, 1983, p. 203).

Tal qual o envelhecimento, que se trata de um processo universal, porém que ocorre de maneira única a cada pessoa, “as sociedades, como os indivíduos, têm atitudes diferentes em relação a tempo e lugar” (TUAN, 1983, p. 208). A partir desta relação, traz-se ao tempo a capacidade e a influência na atribuição de valores, que ocorre a partir das perspectivas e sensações obtidas ao longo deste, considerando-se principalmente que “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN, 1980, p. 114). Portanto, a pessoa idosa, além de conhecer os espaços os quais julgaram importantes ao longo da vida, podem contar histórias, de si próprias e de ambientes, e perpetuar as memórias e valores materiais e imateriais, sendo que, “uma paisagem desfigurada com velhos edifícios não convida ninguém a interpretá-la historicamente; precisa-se de um “olho seletivo” para essa interpretação” (TUAN, 1983, p. 213), ou seja, somando-se as percepções, sentimentos, histórias e conhecimentos aos elementos materiais, sempre inter-relacionados.

Consequentemente, as maneiras de se lidar com os ambientes, construídos e/ou públicos, são decorrentes das perspectivas dos membros da sociedade envolvidos, somadas aos conhecimentos de cada um, influenciando ainda os estilos e transformações correlatas, tendo em vista que “as mudanças em estilos de arquitetura refletem mudanças em tecnologia, economia e na atitude das pessoas para com o que é desejável no meio ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 80).

Para o autor supracitado, as relações estabelecidas entre o ser e o ambiente em que vive é de suma importância, fazendo-se sempre referência aos sentidos e aos sentimentos, uma vez que o próprio termo “Topofilia” pode ser entendido como:

um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Compreendendo-se as definições e conceitos abordados até aqui, que efetivam o caráter essencial da experiência para as transformações em geral, entende-se que a partir destas pode-se estabelecer padrões e referências para seguir ou não. Ambientes acessíveis, inclusivos e que além de gerar benefícios físicos, evocam ainda sentimentos positivos, são passíveis de apropriação e de gerar pertencimento, o que é (ou deveria ser) um dos principais objetivos de qualquer projeto de espaço coletivo. Todavia, experiências negativas vivenciadas nas espacialidades também devem ser analisadas.

Muitas das experiências negativas que ocorrem no ambiente construído e nos espaços coletivos, públicos e também privados, decorrem das diferentes barreiras, impactos semelhantes ao que ocorre às pessoas com deficiência, e listadas, de maneira resumida, no Estatuto destas últimas, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Barreiras presentes nos Espaços e na Sociedade.

<b>Barreira</b>	“Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]” (BRASIL, 2015, s/p.).
<b>Classificações</b>	<b>Definição</b>
Urbanísticas	“as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo” (BRASIL, 2015, s/p.).
Arquitetônicas	“as existentes nos edifícios públicos e privados” (BRASIL, 2015, s/p.).

Nas comunicações e na informação	“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (BRASIL, 2015, s/p.).
Atitudinais	“atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, s/p.).
Tecnológicas	“as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias” (BRASIL, 2015, s/p.).

Fonte: BRASIL (2015).

Em consequência às barreiras supracitadas, vários indivíduos acabam, além de tendo as suas relações restringidas, memórias quanto a falta de inclusão e sentimentos de deslocamento em comparação a outras pessoas, o que permite concluir que tais elementos desfavoráveis não interferem só naquele momento, como ainda pode afetar toda a estrutura de vida da pessoa. É irrefutável, por conseguinte, que o planejamento dos espaços para as pessoas idosas seja uma maneira de buscar evitar os obstáculos, de qualquer tipo, para que ocorra a justa utilização do lugar, o que será abordado com mais detalhes no capítulo a seguir.

### **1.3. Os Espaços para a Pessoa Idosa**

Com as demandas inerentes do indivíduo em processo de envelhecimento, e em total interligação com o processo de transformações urbanas e sociais, torna-se necessário que o planejamento de ambientes ocorra pensando nestes indivíduos, buscando-se permitir a autonomia e a qualidade de vida, considerando-se o poder da arquitetura e do urbanismo na promoção de sensações positivas, apropriações e pertencimento, a partir da relação proporcionada com o ambiente.

Por conseguinte das particularidades e especificidades do processo aqui estudado, é fundamental que existam espaços capazes de atender a população idosa de

acordo com suas demandas, com ambientes pensados de maneira inclusiva e considerando aqueles que possuem limitações, bem como as perdas de capacidades funcionais intrínsecas do envelhecimento. Todavia, projetos pensados com enfoque para tais pessoas, muitas vezes acabam tratando as demandas das pessoas de maneira genérica e reproduzindo estereótipos, que acabam gerando sensações negativas para os frequentadores do ambiente.

De acordo com Schicchi (2000 apud PERRACINI, 2013, p. 1843) “os projetos específicos para idosos, muitas vezes atrelados a um pragmatismo para resolver problemas urgentes ou isolados, tendem a discriminar e a subestimar a capacidade dos mesmos”, o que pode acabar promovendo ideias que estigmatizam a pessoa idosa, conforme citadas anteriormente, uma vez que, principalmente com as melhorias da qualidade de vida e com as possibilidades do envelhecimento ativo, muitos ainda conseguem viver de maneira independente e saudável, sendo capazes de tomar decisões, lidar e viver executando as funções cotidianas, e projetos que não levam em consideração estas características podem acabar afastando estes indivíduos de tais espaços, o que traria um efeito contrário ao buscado no planejamento de espaços coletivos.

A importância da arquitetura no bem-estar e em uma vida saudável é um princípio fundamental que justifica a necessidade de criar espaços acessíveis e que possibilitem que todos se sintam incluídos e valorizados. Visto que “os estímulos prazerosos também são capazes de reforçar a consolidação de informações” (YASSUDA et al., 2013, p. 2051), a existência de localidades que otimizem a relação entre pessoas, outras pessoas e o espaço, consequentemente melhoram a qualidade de vida, além de trazer vivacidade ao próprio espaço.

A capacidade dos estímulos positivos na promoção a integração entre pessoas com o espaço e também entre outras pessoas, possibilitando o desenvolvimento de sensações de pertencimento, o que foi observado a partir de uma pesquisa qualitativa realizada na cidade de João Pessoa por acadêmicos da Universidade Federal da Paraíba, que, ao analisar os resultados obtidos a partir de um programa de promoção da saúde a partir da expressividade e sensorialidade em indivíduos idosos, concluiu-se que:

o programa *Expressividade e Sensorialidade do Idoso: Novos parâmetros de saúde* tem favorecido o crescimento da capacidade de comunicação e espontaneidade dos idosos participantes, havendo, com

isso, uma ampliação na consciência da autonomia dos sujeitos idosos e reconhecimento corporal como agente de interação com o mundo pela movimentação e ampliação da sensorialidade. Esse programa, meio aos seus objetivos, tem o intuito de trazer mais felicidade à vida das pessoas que o frequentam, bem como, torná-las mais ativas, por meio de situações de aprendizagens alegres, prazerosas e interativas. De modo que podemos afirmar que esse programa de promoção da saúde, aqui analisado, tem favorecido a melhoria da qualidade de vida dos idosos participantes, na medida em que esses experimentam o prazer cinestésico e a alta reatividade fisiológica (cardíaca e eletrodérmica), bem como aprendem a ser autônomos ao reconhecerem seu corpo como lugar de prazer sensorial e funcional, ao superarem o embotamento cultural imposto sobre o envelhecimento, expressando corporalmente suas idéias e emoções, ao agir comunicativamente em relação ao outro, ou a si mesmo e por criar no grupo mais uma rede de apoio social (FIGUEIREDO JÚNIOR; FERNANDES; SILVA, 2001, p. 195).

Haja vista as demandas do envelhecimento e a indispensabilidade da qualidade espacial para a vida destas pessoas, as políticas públicas obrigam e regulamentam (mesmo que muitas vezes não sejam efetivamente atendidas) cuidados à pessoa idosa e com sua participação social, sendo tópicos integrantes de artigos do Estatuto da Pessoa Idosa, dentre outros, o oferecimento de ambientes de respeito e dignidade e a participação do indivíduo idoso nos espaços e atividades da comunidade, tanto internos quanto externos (BRASIL, 2013, p. 32).

Aprofundando quanto à inclusão e seu caráter indispensável, é vital que sejam atendidas, além das disposições do Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), as normas técnicas da ABNT NBR 9050:2020, que trata sobre a “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, cuja importância engloba, não só a pessoa idosa, como as pessoas com deficiência e ainda as pessoas com mobilidade reduzida (cabe-se pontuar que inclui-se aqui a pessoa idosa, considerando-se a redução da mobilidade como uma das possíveis e progressivas consequências da senescência), e toda a sociedade. Em seu escopo, tal norma é caracterizada por estabelecer “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2020, p. 1), visando:

proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, 2020, p. 1).

Em adendo aos cuidados e medidas ao serem tomadas no planejamento de espaços para indivíduos idosos, deve-se levar em consideração as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que discorre sobre medidas de acessibilidade e cujos artigos são imprescindíveis para garantir a integração destas

peças de maneira segura e respeitosa nos ambientes urbanos e rurais. Esta legislação aborda ainda o conceito do desenho universal, que corresponde à “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015, s/p.), que é fundamental na arquitetura e no urbanismo, evitando as barreiras que impedem o acesso adequado aos direitos dos cidadãos e que foram apresentadas no Quadro 2, na seção anterior do Capítulo.

Corroborando com as análises quanto às políticas públicas relacionadas para pessoas idosas, Perracini (2013, p. 1843) aponta os aspectos básicos que devem ser considerados no desenvolvimento de ambientes pensados para estes indivíduos, que são a acessibilidade e uso, a facilidade de circulação, a conservação da energia, a comunicação, a segurança, a proteção e a privacidade. Tais aspectos, em conjunto, são capazes de gerar melhorias na qualidade de vida, incentivando a autonomia e a independência concomitantemente à redução dos riscos de acidentes.

A acessibilidade, além de seus aspectos técnicos, é imprescindível para a efetivação da inclusão nos diversos âmbitos da sociedade, agindo como uma resposta às barreiras existentes, a partir de todas as suas dimensões. De acordo com Sasaki (2009, p. 1-2), tais dimensões da acessibilidade são:

arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Em continuidade a tais ponderações, o referido autor pontua o interesse pela presença da acessibilidade em todos os espaços, aspectos e contextos, remetendo ainda ao conceito do desenho universal, uma vez que, sendo a mesma projetada a partir dos princípios deste, “ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência” (SASSAKI, 2009, p.2).

Complementando as dimensões da acessibilidade, em contextos mais recentes, acrescenta-se ainda a acessibilidade digital que, de acordo com o Portal de Acessibilidade da UNIFESP (2020, s/p.), “significa promover medidas para que todas

as pessoas possam acessar e utilizar os ambientes web e digitais com autonomia e podem perceber, entender, navegar, interagir e contribuir nesses espaços”, uma vez que a web é parte integrante e fundamental para uma vasta gama de membros da sociedade, inclusive para muitos indivíduos idosos, sendo maneira de integração e atualização, além de modificar as maneiras de se conectar com o mundo e com os outros.

#### **1.4. Serviços e Modalidades de Atendimento à Pessoa Idosa no Brasil**

A Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, constitui e estabelece uma

abordagem de procedimentos e mudanças de paradigmas no que se refere a definição de Normas e Padrões de Funcionamento para Serviços e Programas de Atenção à Pessoa Idosa a ser consolidado no âmbito dos Estados e Municípios, respeitando os indicadores socioeconômicos, as demandas, as peculiaridades sócio-culturais de cada realidade (BRASIL, 2001, p. 5).

corroborando com a importância da atuação governamental nos cuidados com a temática, especialmente à pessoa idosa e sua respectiva família, demandando portanto adequações das demandas e modalidades de serviços e atendimentos oferecidos às três esferas de governo, conforme pontua BRASIL (2001, p. 5), e retomando-se portanto a necessidade de se atentar a cada caso de maneira única, considerando as individualidades de cada pessoa e contexto.

No decorrer do documento, a Portaria supracitada divide como as modalidades de atendimento aos indivíduos idosos no país nos seguintes tipos: “Família Natural, Família Acolhedora, Residência Temporária, Centro Dia, Centro de Convivência, Casa Lar, República, Atendimento Integral Institucional e Assistência Domiciliar / Atendimento Domiciliar” (BRASIL, 2001, p. 6), atentando ainda para que a identificação da modalidade de serviço adequada observe os indicadores. Ademais, a mesma apresenta, para cada modalidade de projeto, respectivas justificativas, objetivos, metodologias, público alvo, cronogramas e resultados esperados, dentre outros tópicos e demandas específicas.

Portanto, pode-se afirmar que tal Portaria é um documento de vital importância, não só por se tratar de um documento oficial da Previdência e Assistência Social, como também por estabelecer padrões e diretrizes capazes de dar suporte a profissionais, de maneira interdisciplinar, na atuação adequada a cada indivíduo idoso e para a

sociedade em geral, e por dar suporte e embasamento a pesquisas, planejamentos e projetos de ambientes.

### **1.5. O Centro de Convivência**

O Centro de Convivência é definido pela Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001 como o espaço no qual ocorre a modalidade de atendimento que:

consiste no fortalecimento de atividades associativas, produtivas e promocionais, contribuindo para autonomia, envelhecimento ativo e saudável, prevenção do isolamento social, socialização e aumento da renda própria. É o espaço destinado à frequência dos idosos e de seus familiares, onde são desenvolvidas, planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional (BRASIL, 2001, p. 34).

Esta modalidade, que possui como público alvo os indivíduos idosos e seus familiares, possui como objetivo principal a promoção do “encontro de idosos e de seus familiares, através do desenvolvimento de atividades planejadas e sistematizadas, que possibilitem a melhoria do seu convívio com a família e a comunidade” (BRASIL, 2001, p. 34), permitindo verificar a relevância destes espaços para a interação social, cujos benefícios são comprovados por estudos que:

indicaram que a estimulação cognitiva, decorrente da participação em grupos estruturados, como oficinas de treino cognitivo, ou a que decorre de atividades realizadas continuamente por idosos, como ler livros, fazer palavras cruzadas e jogos podem ter efeitos benéficos para a cognição e promover o envelhecimento cognitivo saudável, diminuindo o ritmo do declínio cognitivo normativo. Pesquisas também apontam que o envolvimento social pode trazer efeitos semelhantes (YASSUDA *et al.*, 2013, p. 2053).

Desta forma, de maneira geral, este tipo de espaço pode oferecer, de acordo com a Portaria nº 73 (2001), atividades artísticas, culturais, educativas, de socialização, físicas, passeios, jardinagem e horticultura, vocacionais e produtivas, políticas públicas, dentre outras atividades correlatas e evidenciando a relevância social da existência de tais locais. Ressalta-se que, apesar da existência da vasta gama de categorias existentes, a sistematização e o planejamento devem levar em conta as especificidades do local e de quem irá o frequentar, atentando aos aspectos socioculturais e das demandas específicas, ou seja, do contexto local e ainda dos materiais e recursos disponíveis em cada unidade, conforme evidencia Brasil (2001),



o que retoma a importância do tratamento cuidadoso e interdisciplinar para com o Centro e seus respectivos usuários.

Um estudo interdisciplinar realizado na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, o qual envolveu coletas de dados e análises das estatísticas, avaliou a qualidade de vida de grupos de indivíduos idosos naquela cidade, distribuídos entre um centro de convivência e uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI). Quanto aos resultados obtidos nesta primeira modalidade de atendimento, percebe-se que corroboram com o que foi trazido até então, apontando para a boa qualidade de vida percebida entre os participantes do Centro de Convivência, e conseqüentemente sugerindo “a ampliação dos espaços sociais de convivência para os idosos, com ampliação das diversas atividades acompanhadas por equipe multiprofissional” (DAGIOS; EVANGELISTA; VASCONCELLOS, 2015, p. 481).

Observando quanto aos aspectos técnicos do Projeto Arquitetônico de um Centro de Convivência, a legislação estabelece necessidades físico-espaciais e padrões básicos a serem atendidos, que, logo no primeiro momento, já evidenciam a necessidade do atendimento à ABNT NBR 9050:2020, conforme abordada previamente na seção 3 do presente capítulo. É ainda de suma importância que ocorra o atendimento às legislações do município onde o projeto está inserido e,

convém salientar que as exigências de conforto e de acessibilidade não podem ser consideradas um requinte construtivo mas sim devem ser entendidas como elementos de qualidade de vida e condição de autonomia para os idosos - mais vulneráveis e com limitações de mobilidade advindas do processo de envelhecimento - bem como elementos de prevenção de quedas e outros acidentes domésticos. As propostas espaciais devem orientar-se no sentido de estimular as aptidões e capacidades próprias dos idosos, melhorando as comunicações e a manipulação de objetos do cotidiano (BRASIL, 2001, p. 37),

o que fortalece os argumentos e efetiva a importância da aplicação de diretrizes projetuais que levem em consideração não só as demandas existentes, como também as possíveis demandas futuras.

A integração promovida pelo Centro de Convivência não deve abranger apenas seus frequentadores, como também seus familiares, conhecidos e ainda a malha urbana, pretendendo otimizar os acessos, fluxos, sendo recomendável que o mesmo se localize em espaços com:

facilidade de acesso por transporte coletivo e, preferencialmente, próximo à rede de saúde, comércio e demais serviços da vida da cidade (posto médico, hospitais, supermercado, farmácia, padaria, centros culturais,

cinemas, etc.), favorecendo a integração do idoso, independente e mesmo dependente, à comunidade do entorno (BRASIL, 2001, p. 38),

para que os espaços criados não tenham, em seu contexto, impeditivos para a sua ampla utilização, evitando ainda a propagação de temores estereotipados, como os relacionados à solidão: o espaço planejado deve ser pensado como um local, conforme especificado pelo próprio nome, de convivência, evitando o isolamento.

Enfatizando nos aspectos positivos proporcionados por esta modalidade de atendimento, é vital que existam estímulos à preservação das histórias e memórias coletivas e individuais, aproximando a realidade e as vivências ao longo da vida do indivíduo com as relações estabelecidas naquele espaço, contemplando elementos que remetem a memórias afetivas e físicas, incluindo “objetos que sejam capazes de resgatar antigos hábitos, experiências e recordações e trazê-los para o cotidiano atual dos usuários” (BRASIL, 2001, p. 38) e gerando aí, a sensação de pertencimento aos mesmos.

A capacidade proporcionada pela arquitetura e pelo urbanismo na promoção destas experiências supracitadas é ampla e abarca as áreas construídas e também as áreas externas, sendo o contato com a natureza e atividades ao ar livre, fundamentais para a qualidade de vida dos indivíduos. Alicerçado pelas relações entre os espaços fechados e as áreas livres, tem-se ainda um enorme potencial para evocar o contato com as memórias e sentidos, contendo de maneira conjunta e integrada, objetos importantes e ainda, contato com cheiros, sons, toque e os sentidos em geral, com a natureza, capaz de remeter a lembranças valiosas e ademais, obter novas vivências, e a partir do contato entre indivíduos e com a natureza, compreender ainda as experiências do outro, ouvindo e aprendendo.

Em síntese, compreende-se a importância dos Centros de Convivência na promoção da qualidade de vida para a pessoa idosa, de maneira positiva e incentivando a autonomia, mas incluindo também aqueles que possuem limitações nas atividades desenvolvidas, sendo uma maneira de inclusão, conjuntamente com um estímulo ao desenvolvimento ativo e realização de tarefas saudáveis, para o corpo e para a mente. Esta característica do ambiente, capaz de ser estimulada nas ambientidades do centro, é fundamentada por Lawton (1983 apud PERRACINI, 2013, p. 1837-1838), que descreve um fenômeno a partir da proposição de “um conjunto de princípios voltados à promoção do bem-estar de idosos portadores de incapacidades físicas e mentais”. A partir disto, o referido autor:

denominou-os princípios de docilidade ambiental, assim como fala em ambientes amigáveis para os idosos, querendo com isso dizer que a oferta de recursos físicos e psicossociais de natureza compensatória pode favorecer a saúde física, a funcionalidade e o bem-estar psicológico de idosos fragilizados, incapacitados e dependentes. Espaços planejados para receber idosos portadores de incapacidades físicas, psicocognitivas ou sensoriais determinam aumento da independência funcional no exercício de atividades do dia a dia, diminuição de estados de apatia e desinteresse, restrição no número de queixas de saúde (tais como dor, problemas com o sono e o descanso, depressão e ansiedade). Contribuem também para o controle de distúrbios de comportamento (PERRACINI, 2013, p. 1837-1838).

Para além do abordado, considerando-se as possibilidades de integração intergeracional a partir de tais ambientes, conforme a definição estabelecida pela Portaria nº 73 (2001), torna-se evidente que, através da presença de diferentes gerações nos Centros, poderá-se propagar histórias e trocas de conhecimentos interessantes para ambos, fomentados pela presença da diversidade e pelas perspectivas do indivíduo.

## 2. Estudo de Casos

A partir da importância de criar-se espaços adequados, capazes de atender de maneira a permitir a apropriação e o desenvolvimento de sentimentos positivos a partir de boas experiências com o local, para a pessoa idosa e também para toda a sociedade, é demandada a compreensão de elementos e arquiteturas capazes de atender à estas situações. Retoma-se ainda as relações presentes entre os espaços abertos, os espaços fechados, e seus frequentadores.

Desta forma, visando expandir os conhecimentos, compreendendo referenciais projetuais e analisando ambientes já existentes, o presente trabalho desenvolve o estudo de três casos, em contextos distintos, bem como diferentes portes e propostas, mas com pontos em comum que os relacionam, justificando a escolha destes.

De maneira resumida, uma vez que os estudos serão desenvolvidos mais detalhadamente nas seções do atual capítulo, a monografia abordará, inicialmente, o projeto do Centro Sentido para Idosos, que corresponde a uma habitação coletiva e centro geriátrico situado na Argentina, um ambiente construído de grande porte integrado com seu exterior. Em seguida, aborda-se o Retiro ao ar livre, que corresponde a um centro geriátrico de pequeno porte e com caráter voltado para a saúde, no qual a natureza é parte extremamente integrante do projeto, com enfoque em espaços livres. E, por fim, o último caso abordado corresponde a um ambiente construído no contexto local, na própria cidade de Juiz de Fora, Brasil, que corresponde ao Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco, onde são desenvolvidas diversas atividades voltados aos indivíduos da terceira idade residentes na cidade, sendo um atendimento que é promovido pela Prefeitura de Juiz de Fora, ou seja, um ambiente público. Neste espaço, foi realizada uma visita presencial, possibilitando o aprofundamento e o conhecimento do espaço e de suas características arquitetônicas e funcionais.

Posteriormente à apresentação e descrição de cada um dos projetos supracitados, realizam-se análises qualitativas quanto à utilização e potenciais dos mesmos, englobando como critérios de avaliação a presença da acessibilidade, conforme indicada pela ABNT NBR 9050:2020, e o atendimento ao que é estabelecido pela Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, a partir da qual analisa-se os serviços prestados e a atenção à pessoa idosa. Cabe-se pontuar que, apesar de dois dos

casos estudados no presente trabalho estarem situados fora do Brasil, aplicam-se aqui os mesmos critérios de avaliação, a fim de aproximá-los da realidade nacional e de possibilitar a comparação entre os resultados e propostas de cada um deles.

## 2.1. Centro Sentidos para Idosos

O “Centro integral para adultos mayores Sentidos”, cujo nome pode ser traduzido para “Centro Sentidos para Idosos”, situado na cidade de Funes, na Argentina, corresponde a um projeto realizado pelo Estudio Cordeyro & Asociados e que mescla, de maneira potente e interessante, o ambiente construído com o meio natural, promovendo a integração entre os mais de 10.000 m<sup>2</sup> de terreno com aproximadamente 4200m<sup>2</sup> cobertos.

Figura 3 - Caminhos relacionando o ambiente construído e a natureza no Centro Sentidos para Idosos.



Fonte: ArchDaily (2022).

A relação do ambiente construído com a natureza, além de otimizar as experiências vivenciadas no local, corresponde a um aspecto positivo e respeitoso do projeto com o meio, pois considerou as preexistências no local, uma antiga floresta, o que, a partir dos materiais utilizados, permite a integração entre interior e exterior, possibilitando que os frequentadores tenham visadas para a natureza inclusive durante a realização de suas atividades, conforme percebe-se na Figura 4, onde,

dentro da área da piscina coberta, pode-se ter o contato com a floresta que está do lado de fora.

Figura 4 - Integração entre interior e exterior na área da piscina.



Fonte: ArchDaily (2023).

Ademais, a utilização dos espaços externos e o cuidado e importância com estes no partido do projeto, se justificam a partir das melhorias na qualidade de vida proporcionadas a partir deste contato, “potenciando o valor terapêutico da vegetação, o sol e o ar livre que estimulam a vida ativa e independente dos residentes em lugares seguros” (ARCHDAILY, 2022, s/p.). Visando garantir a vitalidade nos espaços citados, houve um cuidado não apenas com os jardins, mas também com a interligação entre eles, fazendo uso de passeios sinuosos, que podem ser percorridos pela pessoa de maneira a perceber o espaço, ou seja, reduzindo a velocidade e a linearidade dos possíveis fluxos para, a partir das formas não ortogonais adotadas, incentivando as “descobertas” e as experiências diversas a partir do contato com cada parte da natureza local. Ainda, o projeto inclui áreas para descanso diversas, sob pérgolas ou ao sol, permitindo a possibilidade de escolha entre estas opções e considerando o clima da região e dos momentos do dia, existindo incentivos à socialização inclusive nestes locais, com mobiliários, decks, somando-se espaços abertos para a realização de atividades físicas.




Analisando-se agora de maneira mais aprofundada as áreas construídas deste centro integral, cujo desenvolvimento foi proposto por uma empresa de cobertura

médica denominada AVALIAN, que objetiva o acompanhamento das pessoas nas etapas da vida (ARCHDAILY, 2022), é fundamental compreender os usos existentes no edifício. Em resumo, os usos principais do espaço são os de serviços e o residencial, cuja organização ocorre a partir do corredor central, conforme pode-se perceber nas plantas baixas (Figuras 5 e 6), que também demonstram a organização vertical do conjunto, com a existência dos dois níveis, existindo pé-direito duplo somente na área do hall, fornecendo uma imagem de caráter institucional (ARCHDAILY, 2023).

Figuras 5 e 6 - Planta baixa do primeiro pavimento e do pavimento superior, respectivamente.



**Legenda:**

-  Residencial
-  Serviços e Apoio Terapêutico
-  Hall

Adaptado de: ArchDaily (2022).



Em continuidade às análises quanto a setorização e ambientes internos do local, existem três blocos de uso residencial, pensadas cuidadosamente quanto às possibilidades desejadas de pertencimento ao local, desta forma, permitindo a diversidade tanto nas unidades habitacionais, existindo também os quartos individuais e personalizáveis, além dos coletivos, sendo importante pontuar que:

o projeto geral e de interiores foi pensado para um reconhecimento doméstico mais do que para o hospitalar. Procurou-se transmitir a sensação da escala doméstica e bem-estar; de um ambiente confortável, acolhedor e seguro para os residentes. Esta decisão, além de seguir a ideia da humanização da arquitetura, acompanha a aspiração de um habitar contido e acompanhado. A premissa da arquitetura e da imagem como operadores terapêuticos, sua simplicidade de orientação, espaços amplos, cores próprias e reconhecíveis, até odores e imagens de referência, que ajudem e complementem os sentidos afetados ou reduzidos de alguns residentes (ARCHDAILY, 2022, s/p.).

Nos afastamentos existentes entre os três blocos residenciais, existem os caminhos citados anteriormente, constituindo ainda áreas para iluminação e visadas, bem como a presença dos pátios utilizados para a visitação. Quanto aos espaços de serviços e apoio terapêutico, com espaços de usos coletivos e unidades de convivência, de maneira resumida, pode-se citar áreas para o desenvolvimento de atividades como ginástica, exercícios físicos como natação e hidroterapia, além de espaços para cuidados com a autoestima como salão de beleza, dentre outros.

Objetivando complementar as análises possibilitadas a partir das análises do local e seu sítio, é vital que, mesmo tratando-se de um projeto internacional, ocorram comparações quanto ao atendimento da legislação apresentada na fundamentação teórica da presente monografia, tratando-se de diretrizes importantes para a existência do acesso no local.

Quanto à ABNT NBR 9050:2020, é importante apontar que, logo de início, o projeto atende às normas de acessibilidade, de maneira geral, o que é indispensável para um centro de grande porte como este em questão. O terreno basicamente plano é um fator ambiental que por si só já facilita a adequação para o acesso a todos, e as possibilidades para utilização do espaço são otimizadas a partir das estratégias projetuais adotadas, com os caminhos, apesar de sinuosos, sendo planos, com largura adequada e sem a existência de desníveis entre as áreas de decks e pergolados (Figura 7), permitindo a circulação adequada e de maneira autônoma e inclusiva.

Figuras 7 e 8 - Acessibilidade na área externa e no interior.



Fonte: ArchDaily (2022).

Nas áreas externas, podem ser encontradas ainda as vagas reservadas, sendo as vagas mais próximas à edificação destinadas às pessoas com deficiência, conforme pode ser observado na planta baixa do primeiro pavimento, vista anteriormente.

A acessibilidade pode ser percebida também nas áreas internas, mesmo tratando-se de uma edificação com dois níveis, uma vez que existem elevadores e que a possibilidade da participação do público-alvo na vasta gama de espaços do projeto é indispensável ao local. Notam-se amplos espaços para circulação, sendo o corredor central um dos exemplos, e ainda a existência de diversos banheiros aparentemente acessíveis, com forma capaz de possibilitar a locomoção adequada das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou permanente. Nas áreas onde existem desníveis, utilizam-se rampas, visualmente adequadas, incluindo tais pessoas nessas atividades diversas, o que é demonstrado a partir da Figura 8, onde pode-se perceber a existência de uma rampa com corrimão dentro da piscina, permitindo o acesso seguro e cuidadoso ao local, mesmo com cadeiras de rodas.

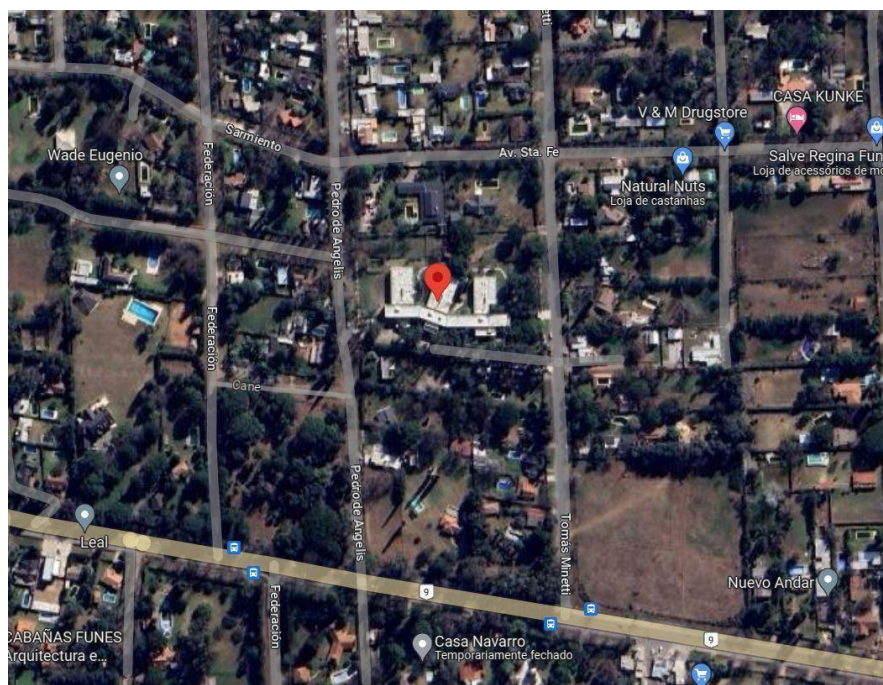
Em estudo quanto à Portaria nº 73 (2001), considerando-se que o centro integrado corresponde a um espaço que também possui utilização residencial, é interessante compreender os atendimentos quanto à ILPI, ou seja, atendimento institucional, como também quanto ao centro de convivência.

No quesito de habitação, o Centro Sentidos possui 55 habitações, divididas entre individuais, duplas e triplas, o que permite melhores condições de adaptação dos

indivíduos idosos no local. Mesmo com a Portaria permitindo a existência de quartos que acomodem até 4 pessoas, estes são inexistentes no local, o que otimiza a utilização do espaço e os atendimentos e serviços, bem como a apropriação. Os dormitórios possuem layout que permite a locomoção de maneira segura e independente, bem como os afastamentos entre os blocos possibilitam uma boa iluminação natural e visibilidade.

Muitas das diretrizes abordadas no tipo de atendimento institucional se aplicam também dentre as diretrizes para Centros de Convivência. Dentre as características gerais, cita-se inicialmente a localização do espaço dentro da malha urbana, o que é demonstrado a partir da Figura 9, com o centro, mesmo se tratando de um espaço com amplas áreas verdes, estando situado dentro do espaço da cidade, próximo a diversos pontos estratégicos e vias que facilitam o acesso até o mesmo, estando ainda a poucas quadras do centro da cidade (SENTIDOS, s. d.). Ademais, percebe-se a existência de pontos para transporte coletivo nos arredores do local, bem como outros espaços diversos, mesclados com a vegetação preservada em diversas áreas da região.

Figura 9 - Localização do Centro Sentidos para Idosos em Funes, Argentina.



Fonte: Google Maps (2023).

Nos espaços externos e internos, quanto aos aspectos construtivos, a Portaria retoma alguns dos pontos já abordados quanto à NBR 9050:2020, corroborando com as considerações quanto à presença da acessibilidade no local. As áreas verdes, com espaços para as atividades, também são amplamente atendidas e intrínsecas ao projeto no contexto abordado. A edificação, apesar de não ser térrea, como a Portarias supracitada indica como preferencial, possui dois níveis amplos e acessíveis, livres de obstáculos e com o corredor como um dos pontos centrais, não só da circulação como ainda da organização espacial.

Os espaços constituem áreas que, conforme a configuração apresentada, respeitam o direito à privacidade concomitantemente ao estímulo à socialização. O conjunto, em sua própria forma, conjuntamente com as informações, facilita a identificação dos espaços pelos frequentadores, possibilitando a autonomia e as escolhas.

As atividades diversas realizadas nos espaços coletivos e de convivência, pensados a partir da Atenção Centrada na Pessoa, incluem salas e oficinas que, de maneira resumida, promovem a participação social e o atendimento adequado e podem ser entendidos como um estímulo ao envelhecimento ativo.

É possível concluir que este primeiro caso estudado corresponde a um atendimento múltiplo, tanto nas atividades quanto nos serviços oferecidos, reforçando a multidisciplinaridade. Os resultados do atendimento são demonstrados a partir das páginas digitais da instituição, que corroboram o que foi trazido até então, com um espaço que leva em consideração as individualidades de cada residente ou frequentador, tanto nos tipos de atendimento quanto nos horários para atividades e visitas (SENTIDOS, s. d.), com enfoque no bem-estar e na saúde.

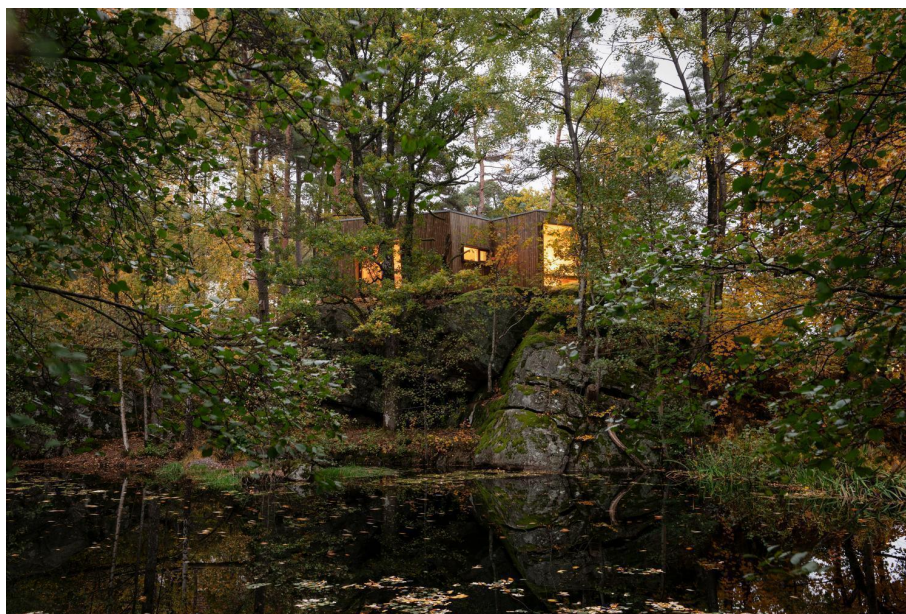
## **2.2. Retiro ao ar livre / Snøhetta**

Situado em Ris, na Noruega, o espaço em questão corresponde a um Retiro ao ar livre, projetado pelos arquitetos Snøhetta, com um caráter que o aproxima a um centro geriátrico, porém não se limitando a esta utilização, uma vez que o público-alvo é constituído por todos os pacientes do Hospital Universitário de Oslo, conhecido no local como “Rikshospitalet”, ou seja, pode-se inferir um uso intergeracional.

A escolha do projeto ocorreu por parte da instituição de saúde norueguesa, com este retiro sendo desenvolvido especialmente para o hospital citado anteriormente, buscando oferecer “um espaço tranquilo onde os pacientes podem se beneficiar das qualidades terapêuticas da natureza” (ARCHDAILY, 2019, s/p.). A proximidade com o meio ambiente pode ser claramente percebida no local, com a edificação estando localizada em uma grande floresta no norte da cidade de Oslo, mais especificamente nos arredores da encosta do riacho “Sognsvann”. Corroborando a importância da natureza para os frequentadores, um psicólogo do Hospital Universitário de Oslo, envolvido no desenvolvimento projetual, pontua que:

a natureza proporciona uma alegria espontânea e auxilia os pacientes a relaxarem. Estar em contato com a natureza permite acalmar as pessoas, estar em paz, algo muito difícil de alcançar quando se está dentro de um dos maiores hospitais da Europa. Pensando nisso, o retiro ao ar livre foi concebido para motivar nossos pacientes, para animá-los a lutar ou encarar um tratamento difícil, contribuindo para a melhoria de sua saúde (LINDHEIM, s.d. apud ARCHDAILY, 2019, s/p.).

Figura 10 - O retiro, situado na floresta ao norte de Oslo.



Fonte: ArchDaily (2019).

O espaço de convivência é de pequeno porte, possuindo área construída de apenas 35m<sup>2</sup>, o que faz parte do conceito do projeto, que preza pela promoção de um espaço aconchegante, bem como contrastar com os grandes hospitais com as quais se relaciona (ARCHDAILY, 2019), pensando-se ainda nas características da

arquitetura vernacular naquele contexto, integrando a construção com a paisagem na qual está inserida, o que é percebido inclusive nos materiais utilizados, externamente e internamente, como madeiras que remetem à materialidade do local e a utilização de esquadrias de vidro, que permitem o contato com o exterior a partir das áreas internas. A configuração espacial e o trabalho das formas na construção podem ser percebidos a partir das Figuras 11 e 12, que a partir das representações de planta baixa e de uma das fachadas, ilustram a maneira com a qual tais formas se relacionam com o entorno, com a assimetria sendo uma das estratégias adotadas para realizar a conexão entre as áreas, bem como o pequeno porte da edificação com relação à escala da floresta que a circunda. Cabe esclarecer que, esta posição aparentemente “isolada” em meio à floresta faz parte do partido adotado, buscando promover uma independência do ambiente hospitalar para a promoção de um local calmo e silencioso, mesmo se tratando de um terreno que corresponde a uma propriedade do hospital.

Figuras 11 e 12 - Planta baixa e uma das fachadas do retiro, respectivamente.

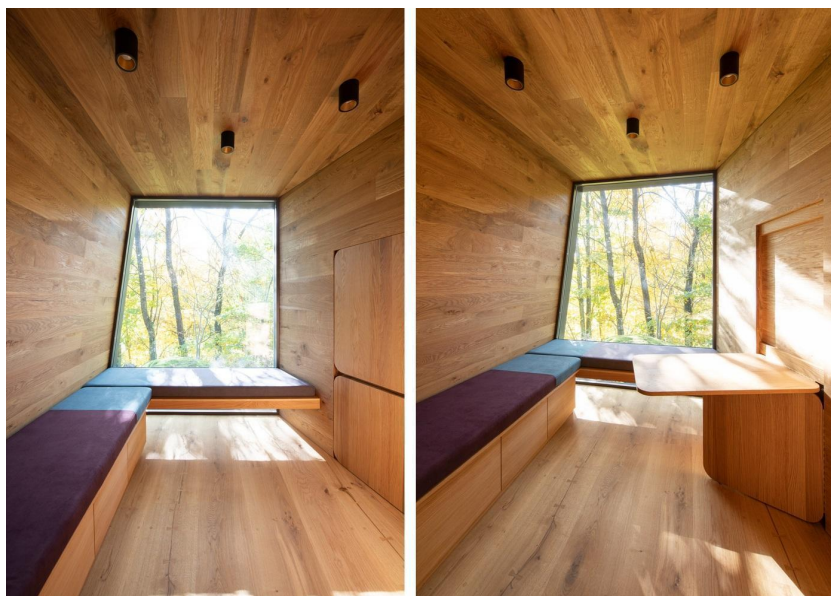


Fonte: ArchDaily (2019).

A utilização do local pode ocorrer em momentos diversos, devendo ocorrer o prévio agendamento, uma vez que o número de pessoas recebido simultaneamente não será elevado, e pode ocorrer tanto durante o tratamento quanto em outras ocasiões, com o frequentador podendo se apropriar do retiro para passar momentos com pessoas importantes, como família e amigos, ou seja, soma-se o cuidado com a sociabilidade com o desenvolvimento de um projeto sustentável ambientalmente,

tanto no respeito a seu entorno como nas técnicas construtivas. Em seu interior, a acomodação possui apenas três cômodos, sendo duas salas, sendo uma a principal e a outra a de tratamento e estar, e um banheiro. Considerando-se o tamanho do local e a diversidade de usos e maneiras de se apropriar e pertencer ao mesmo, a versatilidade na configuração do interior é uma estratégia interessante e de suma importância para otimizar a utilização espacial, com a liberdade de organização espacial englobando desde as cores como também o mobiliário flexível, como por exemplo, a presença de uma mesa retrátil, que pode ser guardada paralelamente à parede e aberta nos momentos desejados, conforme mostram as Figuras a seguir, possibilitando ainda a acomodação de outros mobiliários e inclusive acomodar camas hospitalares no interior do local, nos momentos em que for necessário, demonstrando um bom e cuidadoso aproveitamento espacial, possibilitando as escolhas e a autonomia do usuário e de seus acompanhantes, conforme as demandas e desejos individuais e/ou coletivos.

Figuras 13 e 14 - Mobiliário flexível e integração entre interior e exterior.



Fonte: ArchDaily (2019).

Abordando-se o Retiro quanto à acessibilidade, a partir dos estabelecimentos da ABNT NBR 9050:2020, é possível perceber que, mesmo levando em consideração as especificidades projetuais em decorrência do terreno no qual o projeto se situa, atendem-se os critérios que permitem o acesso inclusivo ao local, especialmente nos ambientes internos, existindo, conforme citado anteriormente, espaços flexíveis, adaptáveis, com mobiliários que possibilitam a utilização de maneira autônoma e

segura, e que, devido à adaptabilidade espacial, não constituem obstáculos mesmo se tratando de um ambiente com pequenas áreas internas e de um projeto assimétrico. O banheiro também possui forma que possibilita a utilização por todas as pessoas, incluindo as idosas e as com deficiência, permitindo as manobras e transferências com a cadeira de rodas e estando conectado diretamente à circulação principal, possibilitando o atendimento ao usuário em situações de necessidade ou emergenciais. Tratando-se de uma edificação com poucos ambientes, percebe-se ainda a fácil identificação e circulação, havendo inclusive o uso de cores.

Quanto ao acesso principal, ilustrado na Figura abaixo, corresponde a uma rampa, com inclinação reduzida e certamente dentro dos padrões indicados pela referida Norma, com um corrimão de material rígido somente no lado com a maior declividade, reduzindo o maior risco. Porém, pontua-se que, visando além de uma melhor segurança, otimizar a circulação das pessoas, especialmente as com mobilidade reduzida ou com deficiência, seria válido que existisse o corrimão com duas alturas também do outro lado da rampa. Tal rampa, por sua vez, possui largura adequada e suficiente para a circulação.

Figura 15 - O acesso ao Retiro.



Fonte: ArchDaily (2019).

Destaca-se a aplicação dos princípios do desenho universal na concepção arquitetônica (ARCHDAILY, 2019), atendendo cuidadosamente aos princípios deste, o que é um aspecto positivo e imprescindível para um espaço que, apesar de



fisicamente separado, é parte de um grande e importante hospital da capital do país onde se localiza.

Direcionando os estudos agora à Portaria nº 73 (2001), enfatiza-se que, devido ao espaço ser um estar associado a um grande espaço de saúde, não deve ser entendido como um local independente quanto à utilização, uma vez que ambos se relacionam amplamente, espacialmente e nos atendimentos prestados. A localização do retiro a “apenas cem metros da porta de entrada do maior hospital da Noruega” (ARCHDAILY, 2019, s/p.) e ademais, próximo de outro importante hospital do país (NIT, s.d.) identificam o atendimento à característica geral quanto a localização, estando próximo a malha urbana, mesmo se tratando de um espaço com florestas, e evidentemente interligado à rede de saúde, conjuntamente com outros serviços urbanos, sendo válido lembrar que a Noruega corresponde a um país de referência mundial quanto à qualidade de vida.

Conclui-se que não se trata de um espaço de isolamento social, mesmo com um aparente isolamento físico provocado pelo entorno imediato naturalmente inalterado, e com o atendimento amplo quanto às áreas externas e áreas verdes, utilizando da rampa analisada anteriormente para possibilitar a circulação no terreno, que analisado separadamente, constituiria um desafio à utilização inclusiva do local, devido ao fato de se localizar em uma encosta e com grandes inclinações ao redor. O interior do pequeno edifício, em decorrência dos materiais utilizados, possui excelente iluminação e permeabilidade visual, com possibilidades de rearranjos proporcionados pelo mobiliário.

As atividades que podem ser desenvolvidas, divergem justificadamente com o que é exposto pela Portaria para a modalidade de atendimento dos Centros de Convivência, uma vez que não há uma pré-determinação ou especificação do que pode ser desenvolvido no local, tendo o usuário e seus acompanhantes uma certa liberdade de escolha quanto a este fator.

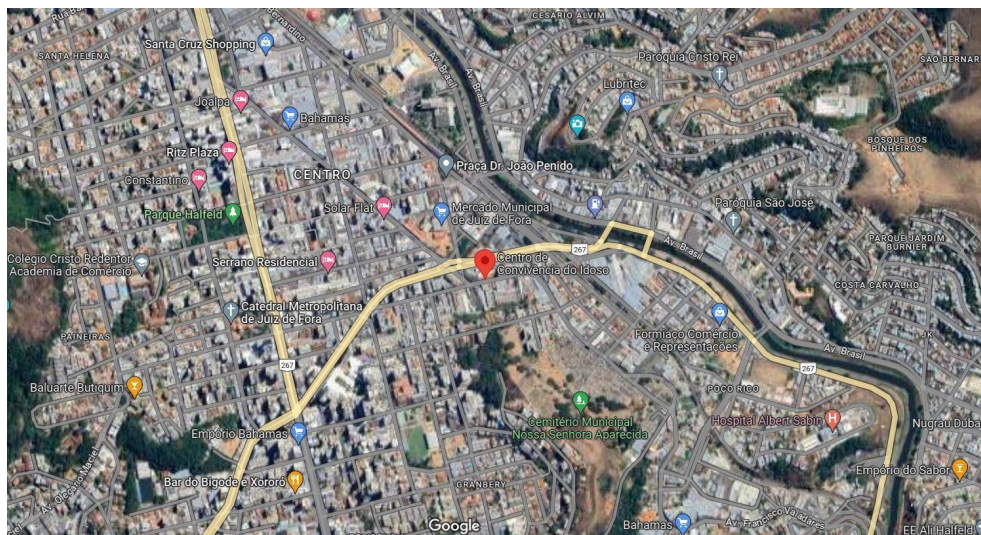
Os serviços interdisciplinares, pelos variados profissionais que compõem o corpo técnico, tem o espaço hospitalar para o atendimento, com o retiro sendo um ambiente de descanso e respiro oferecendo “aos visitantes uma pausa física e psicológica dos regimentos de tratamento rigorosos e do isolamento que geralmente se segue à hospitalização prolongada” (NIT, s.d., s/p.).

A eficácia deste tipo de construção na melhoria da qualidade de vida e na geração de possibilidades de pertencimento e apropriação, em um contexto no qual costuma-se associar estigmas e preocupações, comprova-se a partir de uma experiência anterior, uma vez que “um edifício muito similar foi construído na floresta de Sørlandet entre carvalhos e bétulas e muito próximo a um lago, a poucos metros do Hospital de Kristiansand, no sul do país” (ARCHDAILY, 2019, s/p.), e, em acréscimo a tal constatação, objetiva-se a construção de mais ambientes de cuidados ao ar livre no entorno de outros hospitais no país, e, inclusive, com o desejo de possibilitar este tipo de atendimento em outros países.

### 2.3. Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco

Situado na Rua Espírito Santo, 434, no Centro da cidade de Juiz de Fora, o Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco possui, como objetivo principal, o “atendimento a idosos com objetivo de promover a autonomia, independência e a participação na comunidade” (AMAC, s.d.).

Figura 16 - Localização do CCI em Juiz de Fora.



Fonte: Google Maps (2023).

Logo em um primeiro momento, percebe-se a localização do CCI como um de seus aspectos positivos e que facilitam o acesso pelos frequentadores, indo de encontro com o indicado pela Portaria nº 73 de 2001, situando-se em local privilegiado dentro da área urbana, em um espaço que pode ser entendido como uma fundamental centralidade ao local, tanto fisicamente quanto em utilização. A proximidade do local

com três das principais avenidas da cidade, sendo elas a Avenida Presidente Itamar Franco, a Avenida Barão do Rio Branco e a Avenida Getúlio Vargas, garante que o acesso ocorra de maneira mais fácil, pontuando-se aqui que essas avenidas constituem vias importantes para o transporte público, com diversos pontos de ônibus situados nestas. Em adendo a estas considerações, ressalta-se a proximidade com o acesso a outros espaços que integram o cotidiano urbano e serviços, como o comércio (elemento vital e integrante da cultura e do centro da cidade), restaurantes, supermercados, espaços culturais, dentre outros.

Visando conhecer o espaço e compreender melhor as dinâmicas, os espaços e as atividades, foi realizada uma visita ao CCI, no dia 14 de junho de 2023. Nessa visita, além de conhecer o ambiente construído e como os diferentes usos são distribuídos no espaço, foi possível obter informações fundamentais que explicam a importância do lugar e conhecer brevemente sua história.

Atrelada à posição central na malha urbana, a edificação possui vasta relevância cultural e histórica, correspondendo a um bem imóvel tombado e que teve seus usos modificados ao longo do tempo. Tendo sido, no passado, uma Oficina das Antigas Instalações Pantaleone, vinculada à Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, havendo, atualmente, no interior do local, postais antigos com fotografias do local naquela época, conforme apresentado na Figura 17, o que é algo extremamente interessante, pois percebe-se que, assim como as histórias e memórias dos frequentadores, as histórias do local também são lembradas e compõem o seu presente.

Figura 17 - Postais Antigos da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri.



Fonte: Autoria própria (2023).

O Centro corresponde a uma parceria da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) e da Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora (SDS), ou seja, está vinculado à Prefeitura de Juiz de Fora, sendo o acesso aos serviços do local realizado a partir do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo o público-alvo os indivíduos idosos com 60 anos ou mais.

Atualmente, existem 1.812 pessoas idosas cadastradas para frequentar o CCI, com as atividades realizadas exclusivamente para os usuários inscritos. Sendo a frequência ao local de grande importância para a qualidade de vida dos indivíduos, pode haver espera para o atendimento e, desta forma, objetiva-se que cada um, preferencialmente, frequente o espaço no mínimo uma vez por semana. Foi constatado que, no mês de maio de 2023, 915 indivíduos idosos frequentaram o local, o que permite compreender a escala e a relevância do funcionamento deste espaço. A equipe que trabalha no local é multidisciplinar e composta atualmente por 17 pessoas.

Figura 18 - Fachada do CCI, na Rua Espírito Santo.



Fonte: Google Maps (2022).

Ao adentrar no Centro, o primeiro ambiente encontrado é um hall de acesso a partir do qual as pessoas se apresentam na bancada de entrada, uma vez que o acesso é controlado, e a partir deste, se destinam aos locais desejados, existindo dois pavimentos na edificação, com ambos sendo utilizados amplamente. Neste espaço, onde se situa a rampa que leva para o andar superior, também se encontram algumas mesas e cadeiras, espaços que podem ser utilizados para conversas e esperas, bem como um quadro informativo que identifica os aniversariantes do mês e que também é utilizado para fixar avisos quanto aos assuntos tratados nas rodas de conversas, que possuem temáticas diversas e definidas, relevantes para a pessoa idosa e discutem o assunto. Na semana em que a visita foi realizada, por exemplo, tratava-se sobre o combate à violência contra a pessoa idosa, no mês de “Junho Violeta”, destinado à prevenção e conscientização sobre tal tipo de violência, o que demonstra o interesse em manter a população atualizada quanto aos assuntos importantes e atuais, sendo ainda uma possibilidade de promover a segurança e o cuidado aos participantes deste tipo de conversa.

Figura 19 - Entrada do CCI e rampa para o 2º pavimento.



Fonte: Autoria própria (2023).

As atividades de socialização são imprescindíveis para um Centro de Convivência, tendo um espaço de auditório próprio para a realização destas conversas e também de palestras, que tendem a ter bastante adesão das pessoas da terceira idade. A socialização também ocorre amplamente no refeitório onde são servidos lanches, possuindo mesas coletivas e uma parede que contém grafites, que trazem a arte e vitalidade ao ambiente, somando-se, no mês de junho, a decoração de Festa Junina, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

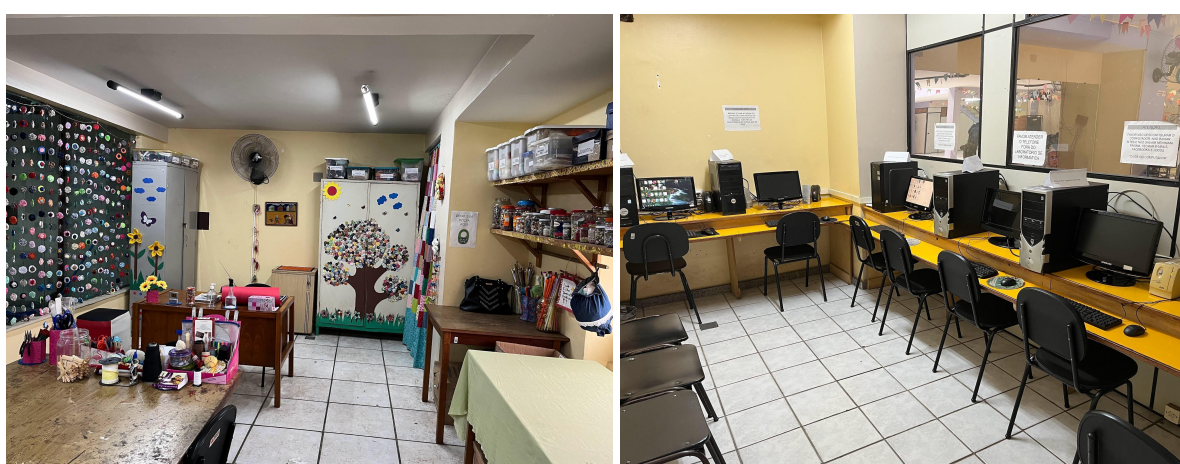
Figuras 20 e 21 - Auditório e sala para refeições.



Fonte: Autoria própria (2023).

A partir deste tipo de atividade, é interessante abordar as outras atividades realizadas no espaço, que são variadas e, de maneira resumida, englobam atividades artísticas, culturais, oficinas, de informática, físicas, de jardinagem, dentre outras. Os espaços são amplos e capazes de propiciar de maneira adequada a apropriação e o desenvolvimento de sensações positivas com o local, percebendo-se que grande parte das pessoas idosas que frequentam o local desenvolvem forte afetividade pelo Centro, se sentindo extremamente bem ao utilizá-lo.

Figuras 22 e 23 - Sala de artesanato e sala de informática.



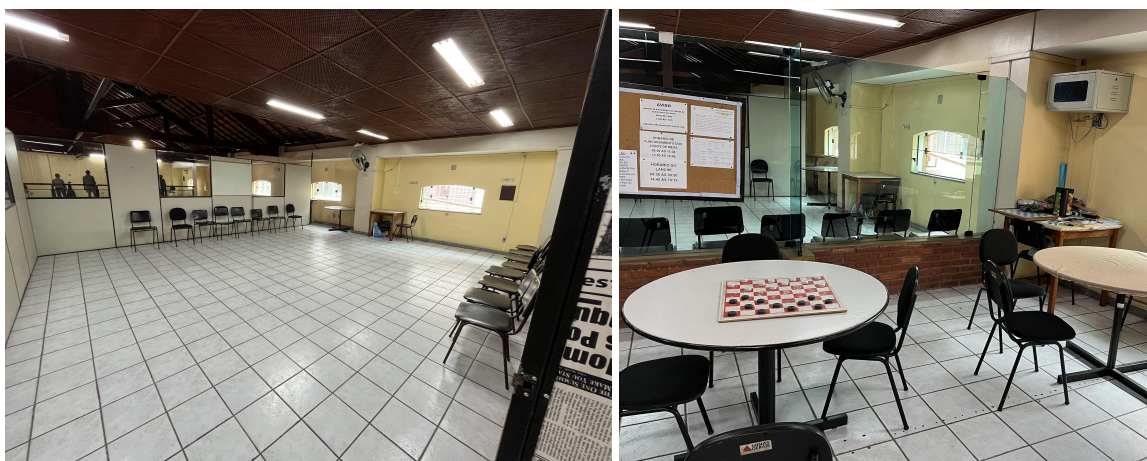
Fonte: Autoria própria (2023).

Aprofundando um pouco mais quanto aos espaços destinados às atividades e sua diversidade, aponta-se para a sala de artesanato (Figura 22), na qual as pessoas

idosas realizam trabalhos artísticos e manuais, que podem ser vistos na decoração da própria sala, e que exerce uma influência positiva e inspiradora nas frequentadoras, o que pode ser percebido presencialmente no local, e o laboratório de informática (Figura 23), que permite que os usuários possam aprender a manusear computadores e as tecnologias que são parte integrante da vida em sociedade atualmente, se atualizando e integrando. Foi ressaltado também que grande parte dos indivíduos que frequentam este local buscam por aprender a utilizar os celulares, o que demonstra, para além da utilização das tecnologias do local, o interesse em desenvolver estas habilidades e efetivamente participar, trazendo sugestões. Há ainda uma biblioteca, composta por livros diversos, que podem ser lidos no local ou levados para a casa e devolvidos, o que demonstra uma atividade cultural.

Há ainda espaços mais livres e amplos, como pode ser visto na Figura 24, o que possibilita uma certa adaptabilidade e versatilidade de usos, bem como salas destinadas a exercícios físicos, como a ginástica, que é uma atividade extremamente frequentada e buscada, existindo 8 grupos organizados em diferentes horários do dia, e espaços para o lazer, como sinuca, que é jogada por muitos frequentadores, e também a sala de jogos de mesa (Figura 25).

Figuras 24 e 25 - Espaço livre e sala de jogos de mesa, respectivamente.



Fonte: Autoria própria (2023).

O contato com a natureza ocorre em uma área descoberta denominada “Espaço Verde CCI”, ao lado da sala destinada às refeições. Conforme pode ser visualizado nas Figuras abaixo, o espaço é destinado a atividades de jardinagem, na qual os



próprios indivíduos idosos realizam todos os cuidados com as plantas e podem usufruir dos benefícios do contato direto com a natureza. Pode-se perceber que os usuários deste jardim desenvolvem um forte contato com o local e com a vegetação presente, evidenciando a ampla vivacidade do local.

Figuras 26 e 27 - Espaço Verde CCI.



Fonte: Autoria própria (2023).

Dentre as oficinas realizadas no CCI, um exemplo fundamental a ser abordado é a Oficina da Memória, que além de trabalhar com a memória, conforme o próprio nome indica, trabalha também com os cinco sentidos e com o raciocínio, e que é alvo de grande procura, o que justificou o aumento de sua frequência (JUIZ DE FORA, 2016).

Retomando a Portaria nº 73 (2001), percebe-se o atendimento adequado às propostas desta, desde à localização dentro da malha urbana e com acesso próximo e facilitado à redes de serviços, conforme ponderado no início do estudo do presente caso, ao cuidado e atendimento quanto a grade de atividades, que são variadas e que estimulam o desenvolvimento de habilidades, como por exemplo com o artesanato e a jardinagem, que também exemplifica um caso de auto-sustentação, com o cuidado das plantas e da área verde ficando a cargo dos participantes.

Ademais, a referida portaria indica que:

o projeto do Centro de Convivência deve contemplar o uso de elementos que atuem de forma positiva sobre a memória física e afetiva dos idosos e em suas relações com o novo espaço – o aprendizado desse novo espaço deve ser facilitado pela inclusão de objetos que sejam capazes de resgatar

antigos hábitos, experiências e recordações e trazê-los para o cotidiano atual dos usuários (BRASIL, 2001, p. 38),

o que constitui um dos aspectos imprescindíveis percebidos no local, que valoriza e propicia a continuidade das experiências de cada um, desde a escolha das atividades como a liberdade em se apropriar do local, adequadamente.

Quanto à acessibilidade, indispensável para o local, percebe-se o acesso da rampa em uma localização central, o que favorece a locomoção, com o piso antiderrapante sendo um ponto positivo presente na mesma. Os corrimãos, apesar de não possuírem duas alturas como indicado pela ABNT NBR 9050:2020, estão presentes em ambos os lados. Desta forma, mesmo não se tratando de uma edificação térrea, aponta-se a garantia de que todos os idosos tenham acesso a todos os espaços de atividades.

Existem, em ambos os pisos, banheiros masculinos, femininos e acessíveis (Figuras 28 e 29), com entradas independentes, o que vai de encontro com o posto pela Norma de Acessibilidade. Foi possível observar, em um banheiro acessível, que seria adequado que houvesse o acréscimo de mais uma barra de apoio para otimizar a locomoção e a transferência para a bacia sanitária. O banheiro possui dimensões que possibilitam o adequado movimento de giro de 360° da cadeira de rodas.

Figuras 28 e 29 - Banheiros no 1º pavimento do CCI e o banheiro acessível deste pavimento, respectivamente.



Fonte: Autoria própria (2023).

Em síntese, percebe-se o Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco como um espaço valioso de atendimento à pessoa idosa, com grande atendimento à Portaria nº 73 de 2001 e à ABNT NBR 9050:2020, destacando-se que se trata de um espaço que já teve outro tipo de uso anteriormente e que foram realizadas adaptações eficazes de garantir um centro de convivência que estimula a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos idosos frequentadores. É importante apontar que as pessoas idosas as quais o espaço possui como público-alvo são as independentes, e é perceptível a grande afetividade destas pessoas com o local e a adesão nas atividades.

Após o estudo dos casos realizado no presente capítulo, é válido apresentar o Quadro 3, que apresenta os dados analisados ao longo do trabalho quanto a estes espaços, comparando-os no que tange o atendimento à legislação brasileira, mesmo com dois dos projetos se localizando em outros países, a fim de verificar os resultados e as estratégias projetuais adotadas por cada um deles, sempre guiando-se pelo fato de que cada projeto possui suas particularidades, tal qual o espaço no qual se inserem e propostas. Indica-se desde já a relevância de cada uma das arquiteturas estudadas para a realização desta etapa do TCC.

Quadro 3 - Comparativo entre os Casos quanto ao Atendimento à ABNT NBR 9050:2020 e à Portaria nº 73 (2001).

Caso	Atendimento	
	ABNT NBR 9050:2020	Portaria nº 73 (2001)
2.1. Centro Sentidos para Idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto atende às Normas de Acessibilidade, tanto internamente quanto externamente, garantindo acesso das atividades por todos e a utilização dos espaços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumpre sua função quanto ao atendimento da Portaria, como ILPI e como Centro de Convivência;</li> <li>• Integração das áreas verdes com o espaço, estando dentro da malha urbana;</li> <li>• Algumas adaptações com relação ao proposto são capazes de melhorar as possibilidades de apropriação.</li> </ul>

2.2. Retiro ao ar livre / Snøhetta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atende às Normas de Acessibilidade, permitindo o acesso mesmo se situando em terreno cujo acesso possui declives;</li> <li>• Aplicação do Desenho Universal e utilização de mobiliários adaptáveis constituindo espaços flexíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na malha urbana e próximo a pontos importantes da saúde no país;</li> <li>• Possibilita atividades diversas mesmo em espaço reduzido.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratando-se de um local cuja utilização é interligada a outro espaço (o hospitalar), o Retiro, isoladamente, não possui estrutura para atendimento de todos os serviços propostos pela Portaria. Porém, se analisado de maneira conjunta com o Hospital, existirão os serviços adequados.</li> </ul>
2.3 Centro de Convivência do Idoso Dona Itália Franco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atende majoritariamente às Normas de Acessibilidade, com a possibilidade do acesso a todos os espaços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de atividades, oficinas, palestras de temas relevantes à vida da pessoa idosa;</li> <li>• Espaço para contato com a natureza e jardinagem, mesmo não sendo uma grande área verde;</li> <li>• Afetividade e apropriação dos frequentadores para com o espaço.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poderia-se acrescentar mais barras de apoio ao banheiro acessível.</li> </ul>	
<b>Legenda:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O local atende adequadamente aos critérios utilizados para análise, com destaque aos pontos positivos.</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modificações que poderiam otimizar o acesso ao local e/ou observações que complementam o entendimento acerca das especificidades.</li> </ul>		

Fonte: Arquivo próprio.

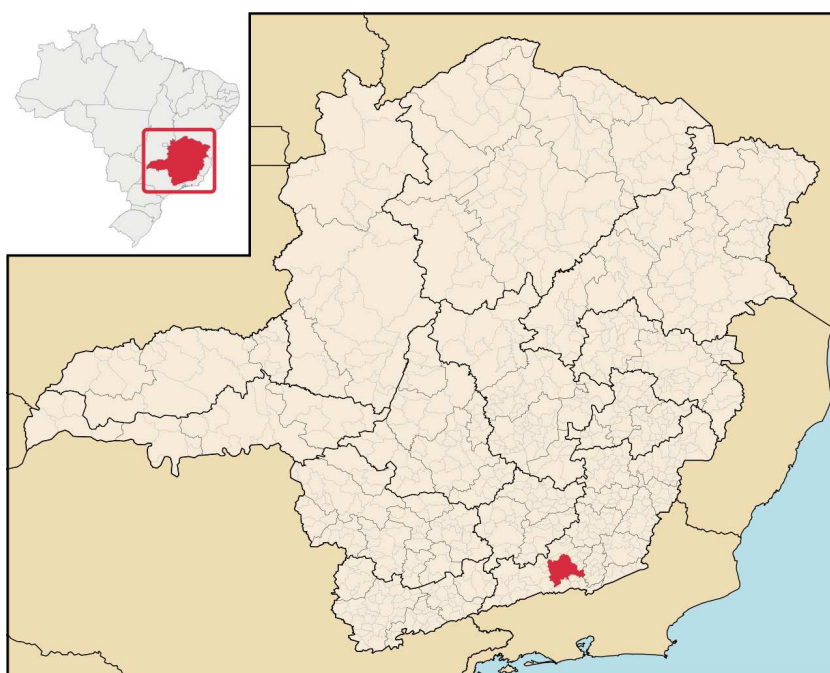
Para a elaboração do Quadro acima, utilizou-se uma abordagem direta a partir de tópicos relevantes para a compreensão, a partir das análises textuais feitas ao longo

de cada seção, utilizando ainda as cores para otimizar a compreensão, ou seja, o quadro apresenta o conteúdo de maneira resumida, indicando os aspectos positivos presentes em cada um deles (demarcados com a cor verde) e os aspectos nos quais seriam válidos alguns ajustes para tornar o espaço ainda mais adequado (demarcados com a cor amarela), ou que, mesmo se tratando de um espaço com as adequações devidas, não se aplica alguma diretriz utilizada no estudo, notando-se as divergências presentes ao se comparar os projetos entre si.

### 3. Um centro de convivência no bairro Santa Terezinha

O município de Juiz de Fora está localizado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, Brasil, e conforme pode ser visualizado no mapa (Figura 30), é uma localização estratégica e importante, estando ainda próximo do estado do Rio de Janeiro. A partir disto, visando contextualizar tal local, foco do presente trabalho, é fundamental a apresentação de um breve histórico da cidade.

Figura 30 - Localização de Juiz de Fora em Minas Gerais – Brasil.



Fonte: Wikipedia (2006).<sup>1</sup>

A origem de Juiz de Fora está amplamente relacionada à sua situação citada anteriormente, visto que, de acordo com o histórico da cidade apresentado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2004), construiu-se a estrada denominada “Caminho Novo”, aproximadamente no ano de 1703, que fazia a conexão entre as minas e o Rio de Janeiro, buscando facilitar e garantir maior proteção para o ouro extraído, em um contexto no qual a mineração aurífera estava em seu auge no estado de Minas Gerais, bem como este período, no princípio do século XVIII, correspondeu ao momento de maior crescimento de diversas cidades em toda a história da nação, com o aumento do comércio, da locomoção de pessoas e de

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/52/MinasGerais\\_Municip\\_JuizdeF ora.svg/1280px-MinasGerais\\_Municip\\_JuizdeF ora.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/52/MinasGerais_Municip_JuizdeF ora.svg/1280px-MinasGerais_Municip_JuizdeF ora.svg.png). Acesso em: 28 jun. 2023.

produtos e conseqüentemente com uma expansão da rede urbana, o que anteriormente era mais difícil.

Com a Zona da Mata sendo um dos locais pelo qual o referido caminho passava, a circulação de pessoas aumentou consideravelmente, com o seguinte surgimento de novos pontos e povoados, que “foram surgindo em função de hospedarias e armazéns, ao longo do caminho, como o Santo Antônio do Paraibuna, que daria origem, posteriormente, à cidade de Juiz de Fora” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2004, s/p.). A vila passou a ser considerada cidade no ano de 1853 e recebeu o atual nome de Juiz de Fora em 1865. Quanto a origem deste nome, que gera curiosidade em muitos indivíduos ao ouvirem sobre o local, é importante para a compreensão da história da cidade entender que o:

Juiz de Fora era um magistrado, do tempo colonial, nomeado pela Coroa Portuguesa, para atuar onde não havia Juiz de Direito. Alguns estudos indicam que um Juiz de Fora esteve de passagem na região e hospedou-se por algum tempo numa fazenda e que, mais tarde, próximo a ela, surgiria o povoado de Santo Antônio do Paraibuna (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2004, s/p.).

O local, durante o contexto da expansão cafeeira no entorno, se tornou um importante núcleo urbano da região, onde podia-se encontrar produtos de diversos gêneros e ainda atividades culturais e sociais, como lazer e convivência. Ressalta-se que a região recebeu levas de imigrantes, com a construção da Estrada União e Indústria sendo um dos aspectos que se conecta a este fator e também com o fato de que, mesmo com o declínio da prosperidade da cultura do café na Província, a cidade de Juiz de Fora manteve seu dinamismo, atrelado a outras atividades imprescindíveis para o seu desenvolvimento, como por exemplo, as industriais.

Ademais, aponta-se brevemente para os aspectos culturais presentes no município, que vão desde os religiosos, com a Igreja tendo se fortalecido em meados da década de 20, de maneira semelhante à ocorrida em outras cidades do país, como também os estilos arquitetônicos, que podem ser percebidos inclusive atualmente, em edificações históricas presentes na cidade, que perpassam desde o Ecletismo, ao Art Déco e Modernismo e com o centenário da cidade sendo um ponto central das mudanças arquitetônicas, conforme registra a Prefeitura de Juiz de Fora (2004), com os anos seguintes trazendo ainda diversas mudanças, como as ocorridas nos últimos anos da década de 60, em que:

o crescimento populacional, urbanização descontrolada, economia baseada na prestação de serviços, o acirramento das questões sociais e o intenso debate político, característico da época. A criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, trouxe à cidade uma contribuição fundamental: empregou e atraiu milhares de estudantes, incentivando um maior consumo de bens e de serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2004, s/p.).

Em síntese, percebem-se as vastas histórias e memórias atreladas ao lugar, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos físicos e construtivos. É importante pontuar que dentre as mudanças ocorridas na configuração do município, construíram-se alguns edifícios visando a alta lucratividade com baixo custo ao longo do tempo, em detrimento da preservação de partes da memória espacial, apesar de em contextos mais recentes, perceber-se os cuidados com a preservação e o tombamento de edificações fundamentais para contar a história da cidade.

Desta forma, pode-se concluir que, dentre essas grandes mudanças que ocorreram e que ainda ocorrem na cidade e em sua sociedade, deve-se haver o cuidado, além do arquitetônico, com as memórias coletivas e com as próprias pessoas, com vivências sendo capazes de transcorrer gerações.

### **3.1. O Bairro Santa Terezinha**

O Bairro Santa Terezinha, no qual irá se situar o Centro de Convivência proposto no presente TCC, localiza-se na região Nordeste de Juiz de Fora, sendo um dos principais bairros desta região, tendo ainda localização estratégica, estando próximo de serviços e espaços variados, como por exemplo a Rodoviária, o Shopping Jardim Norte e espaços culturais como o Museu Mariano Procópio, dentre outros. Salienta-se ainda a facilidade de locomoção até o Centro da cidade. A Figura 31 ilustra a localização e o posicionamento do bairro com relação a alguns destes pontos citados e também a conformação do bairro e seu respectivo entorno, em um recorte de uma parte do município.





A fazenda passou à família de Custódio da Silveira Tristão, devido ao casamento de Custódio da Silveira Tristão com Josefina, cabendo a um de seus filhos, Cícero Tristão, o direito sobre a sede da fazenda como herança, que doou-a em testamento à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, por não possuir descendentes diretos. Após a morte de Cícero Tristão em 1954, a Fazenda do Alcaide-Mor passou a pertencer à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, impondo como condições para efetivação da doação que Santa Casa mantivesse a casa como a recebeu; preservando assim o patrimônio histórico de Juiz de Fora e instalar no mesmo um serviço de assistência às crianças desamparadas e aos velhos doentes. Sabendo das condições impostas no testamento de Cícero, a Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer - ASCOMCER inaugurou na antiga fazenda o Instituto Dr. Cícero Tristão com o objetivo de amparar velhos desprovidos de recursos, que lá funcionou por dezoito anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, s.d., s/p.).

Figura 32 - Fazenda da Tapera.



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora (s.d.).

Resumidamente, o Diário Regional (2017) documenta que podem-se citar como outros momentos relevantes da história do Santa Terezinha, alguns dos elementos localizados na área, como o Segundo Batalhão de Polícia Militar, instalado no ano de 1911, em um antigo edifício que seria o Hotel dos Imigrantes, bem como a fundação relacionada aos esportes e amplamente conhecida na região, do Tupi Futebol Clube, no ano de 1912, existindo até hoje o campo do time no bairro, e também a edificação religiosa da Capela Santa Terezinha, cuja inauguração ocorreu em 1927, dentre outros. O bairro recebeu o atual nome em 1937, quando deixou de se chamar “bairro da Tapera”. Outro ano importante para o espaço foi 1939, quando foi:

Inaugurada a ponte Governador Valadares, sobre o Rio Paraibuna, prolongando a Rua Rui Barbosa. A nova ponte de concreto veio a substituir a anterior de madeira (conhecida como Ponte da Tapera), que fazia parte de um ramal da Estrada União e Indústria com destino a Rio Novo. Também

pela Avenida Rui Barbosa existiu, até o final dos anos 60, uma linha de bonde transportando passageiros do bairro até o centro da cidade (DIÁRIO REGIONAL, 2017, s/p.).

Quanto à antiga linha do bonde abordada acima, é interessante comentar que correspondeu a um meio de transporte que teve grande valor para as gerações anteriores que frequentavam o bairro, fazendo parte da memória coletiva local, especialmente das pessoas idosas, inclusive de algumas que até hoje habitam o Santa Terezinha e cujas histórias quanto ao bonde são contadas saudosamente.

Evidentemente, mudanças na configuração do bairro e nas edificações ocorreram desde as épocas anteriores até então, com muitas das mudanças comuns a maioria dos municípios, ou seja, os avanços da construção civil, com o aumento das vendas de imóveis, iniciando-se a existência de edifícios com maior altura na região, o que está amplamente relacionado com o adensamento populacional. A Figura 33 corresponde a uma imagem aérea do bairro no ano de 2022 e que permite ver um panorama geral de parte do local atualmente,

Figura 33 - Imagem aérea do bairro Santa Terezinha atualmente.



Fonte: YouTube (2022).<sup>2</sup>

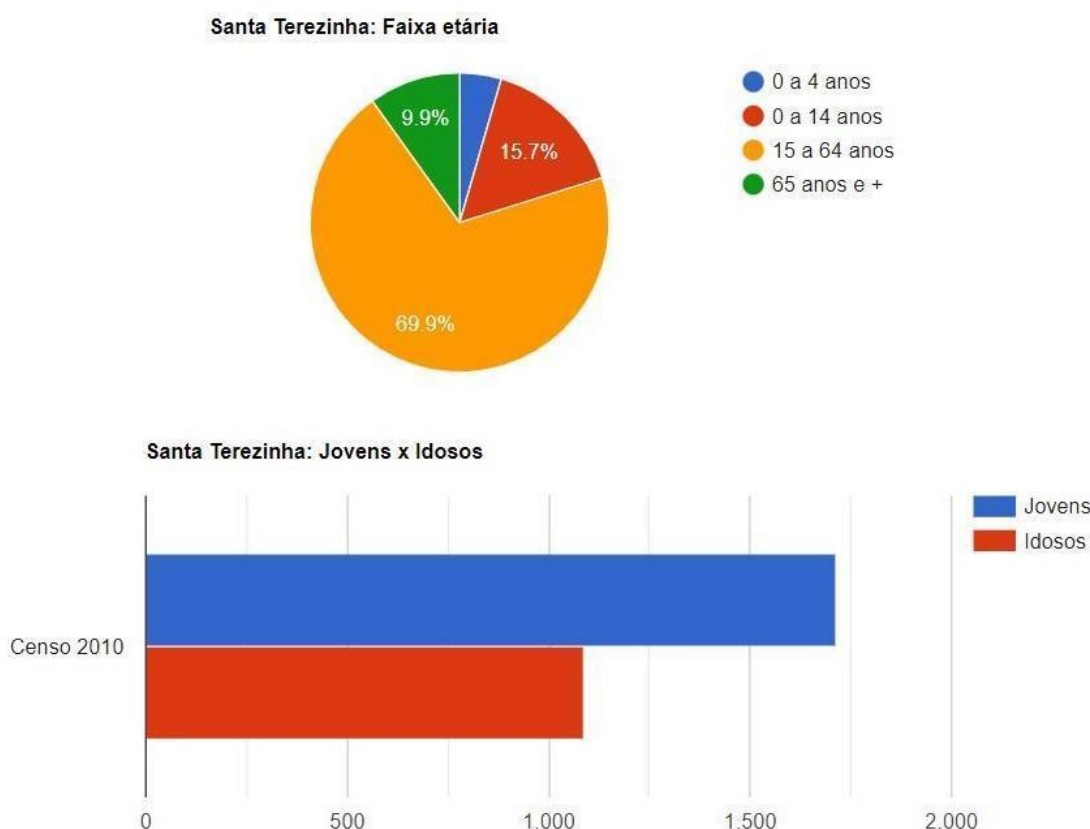
É irrefutável o fato de que este crescimento demográfico atrelado ao crescimento urbano traz consigo novas demandas para toda a sociedade em geral. Com o envelhecimento fazendo parte da realidade comum a todos, a demanda do bairro e

---

<sup>2</sup> Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=7zehMuSZYR0&ab\\_channel=DGBimagensa%C3%A9reas](https://www.youtube.com/watch?v=7zehMuSZYR0&ab_channel=DGBimagensa%C3%A9reas). Acesso em: 29 jun. 2023

de seu entorno quanto a serviços de atendimento para a população idosa tende a crescer cada vez mais. De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, a população do bairro naquele ano era de 10.456 habitantes e, conforme os gráficos elaborados pelo site População (2010) com base nos dados coletados naquele Censo, é possível verificar que a porcentagem de indivíduos idosos no bairro é de aproximadamente 10% (tendendo a ser um pouco maior, pois a elaboração do gráfico considerou especificamente como idosos os moradores com 65 anos ou mais, ao invés de adotar a idade de 60 anos, comumente adotada cronologicamente). Apontou-se ainda que o Índice de Envelhecimento correspondia a 63,4%, o que demonstra o envelhecimento da população. As Figuras 34 e 35 representam graficamente a porcentagem de cada faixa etária na composição do bairro e comparam o número de indivíduos idosos e de jovens, respectivamente.

Figuras 34 e 35 - Faixa etária e comparação quantitativa entre indivíduos idosos e jovens, respectivamente.



Fonte: IBGE (2010 apud POPULAÇÃO, 2010, s/p.).

Os dados analisados validam e fortalecem a fundamentação do projeto de um Centro de Convivência no local, e de maneira conjunta com a organização espacial

do bairro, motivam que exista um cuidado também quanto aos espaços públicos, demanda percebida inclusive em outros locais da cidade e que serão abordados mais detalhadamente adiante, na análise do terreno escolhido.

### 3.2. O terreno

O terreno onde propõe-se o projeto do Centro de Convivência, no Bairro Santa Terezinha, está situado em um ponto estratégico do local, o que logo em um primeiro momento já constitui um aspecto positivo e que embasa a ideia, estando a sua posição no bairro apresentada no recorte da Figura abaixo.

Figura 36 - Localização do terreno escolhido no bairro.



Adaptado de: Google Earth (2023).

A situação é na Rua Josefina Tristão, a poucos metros da Avenida Rui Barbosa, a principal via presente no bairro. A área do terreno é de aproximadamente 1.100m<sup>2</sup> e, conjuntamente com sua forma e com longa fachada no alinhamento da referida rua (conforme pode ser visualizado nas Figuras 37 e 38), possui grande potencial para a construção de um espaço de atendimento positivo e adequado.

Figuras 37 e 38 - O terreno na Rua Josefina Tristão.



Fonte: Autoria própria (2023).

A partir do recorte do bairro estudado a princípio, é possível discorrer também sobre a presença de áreas verdes. É imprescindível citar o Jardim Botânico da UFJF como um dos pontos de vital importância ao lugar e que constitui um local com ampla vegetação, sendo uma área de Mata Atlântica remanescente e também de biossegurança, conforme pontua a UFJF (s.d.), em parte da Mata do Krambeck. Trata-se de um ponto que também é alvo de estudos e pesquisas, além do aspecto turístico, devido às vantagens do contato com a natureza e com o lugar, apesar de a acessibilidade no local ser reduzida, até então, uma vez que “o caminho principal e as trilhas são de terra, naturais. Em períodos de chuva, há poças d’água e pode

haver lama. Uma das vias que levam à casa-sede é de paralelepípedo irregular” (UFJF, s.d., s/p.).

Para além destes espaços de vegetação nos arredores do bairro, citam-se ainda algumas massas arbóreas presentes em locais de valor histórico e/ou espacial para o bairro, como o entorno da antiga Fazenda da Tapera. Inevitavelmente, também existe grande permeabilidade do solo nas margens do Rio Paraibuna, devido à Área de Preservação Permanente estabelecida nas margens de corpos hídricos, mas que não constitui um espaço onde exista a apropriação. A arborização pode ser percebida ainda em outros pontos esparsos ao longo do bairro.

Figura 39 - Mapa de áreas verdes presentes nas proximidades.



Adaptado de: Google Earth (2023).

Visando complementar a análise dos aspectos naturais presentes na área, é fundamental aprofundar quanto à proximidade do Rio Paraibuna, que passa pelo bairro e é imprescindível para a cidade e para toda a região de sua bacia, estando a somente um quarteirão de distância do terreno, aproximadamente. Atribui-se ainda a importância histórica ao rio, que está diretamente relacionado com o bairro e com o desenvolvimento local desde o princípio do desenvolvimento urbano, cujas margens

foram consideradas, por exemplo, nos trajetos do Caminho Novo, conforme descrito pela CESAMA (s.d.), que também ressalta a notoriedade deste corpo hídrico no crescimento de vias importantes da cidade, como por exemplo a Avenida Rio Branco, cuja origem foi dada pela estrada do Paraibuna. Quanto a Avenida Brasil, que será citada novamente adiante e que possui parte de sua extensão próxima ao entorno do terreno, também está diretamente relacionada às margens do rio.

Topograficamente, em geral, o bairro possui um relevo mais plano às margens do referido rio e nas proximidades, como é o caso do entorno imediato do terreno. Porém, em outras áreas menos “centrais” do bairro, encontram-se relevos mais acidentados, com aclives e declives, o que é uma característica recorrente na cidade. O relevo mais acentuado também é encontrado nas partes de matas, como ocorre na proximidade da Mata do Krambeck.

O adensamento do bairro pode ser presenciado ao percorrer os logradouros e também ao analisar a imagem acima, que demonstra a presença de vários quarteirões no qual não há vegetação considerável. No presente momento da análise, traz-se também a questão dos espaços públicos para a população, sendo necessário pontuar a existência de duas praças no bairro, sendo elas a Praça Osvaldo Danilo Bartels e a Praça Professor Benjamin Colucci. Porém, não se verifica a utilização adequada destes espaços: a primeira, mais próxima do Paraibuna, possui pouca apropriação e a segunda, por sua vez, também possui desafios quanto a segurança e as atividades, tendo sido inclusive pauta de reunião na Câmara Municipal (2020), na qual pode-se verificar o interesse da associação de moradores neste espaço e, tendo sido expresso pela presidente da associação de moradores o interesse em “promover atividades, limpar o espaço, reestruturar as calçadas e voltar com a jardinagem antiga” (PONTES, 2020, apud CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2020, s/p.), que ainda acrescentou a beleza da praça anteriormente, ressaltando a memória quanto ao lugar.

Assim sendo, conclui-se quanto a este aspecto que, mesmo com a existência de espaços públicos no bairro, existe a demanda por parte da população quanto a espaços públicos e especialmente suas respectivas manutenções adequadas. É válido citar novamente a população superior a 10 mil moradores no bairro, com um diminuto número de possibilidades de relação com os ambientes urbanos abertos de lazer e convivência.



Outro fator essencial para a compreensão da malha urbana da região é o estudo dos fluxos e das possibilidades de locomoção. A localização e os caminhos e passagens existentes na área, desde os primórdios do bairro, foram fundamentais para o seu surgimento e desenvolvimento, possuindo até hoje localização estratégica. Como pode ser percebido no mapa de fluxos (Figura abaixo), agora com uma visualização mais próxima do terreno, o acesso ao bairro se dá principalmente a partir da Avenida Brasil e da ponte, que leva para a Avenida Rui Barbosa, uma das principais vias da região e que possui fluxo intenso nos variados períodos do dia. Em decorrência da presença de edificações relevantes para o cotidiano da sociedade local, possuindo escolas, postos de polícia e forte comércio local de múltiplos gêneros e portes, e ainda um condomínio de prédios com grande número de unidades residenciais, percebe-se fluxo moderado em grande parte das outras vias. Já a rua onde se situa o terreno de enfoque na presente monografia, corresponde a uma via local com o fluxo mais leve de pessoas e de veículos, devido a sua menor extensão, mas não deixando de possuir comércios, que serão detalhados adiante. O mesmo se aplica para o outro lado do rio, pois atravessando-se a ponte, há o acesso próximo ao Shopping Jardim Norte e também à Rodoviária, ponto importante de entrada e de saída de pessoas na cidade, que corresponde a um atrativo polo regional e estudantil. No mesmo mapa, observa-se ainda a presença de pontos de ônibus distribuídos pela região, o que otimiza os fluxos para os outros espaços da cidade, tanto para idas quanto para vindas. Atentando-se para as proximidades do ponto na Avenida Rui Barbosa, por exemplo, vê-se o grande número de ônibus posicionados no local na imagem, o que demonstra o atendimento quanto a este tipo de serviço de transporte, mesmo havendo, certamente, melhorias que poderiam facilitar e melhorar a mobilidade.

Figura 40 - Mapa de fluxos e de pontos de ônibus.

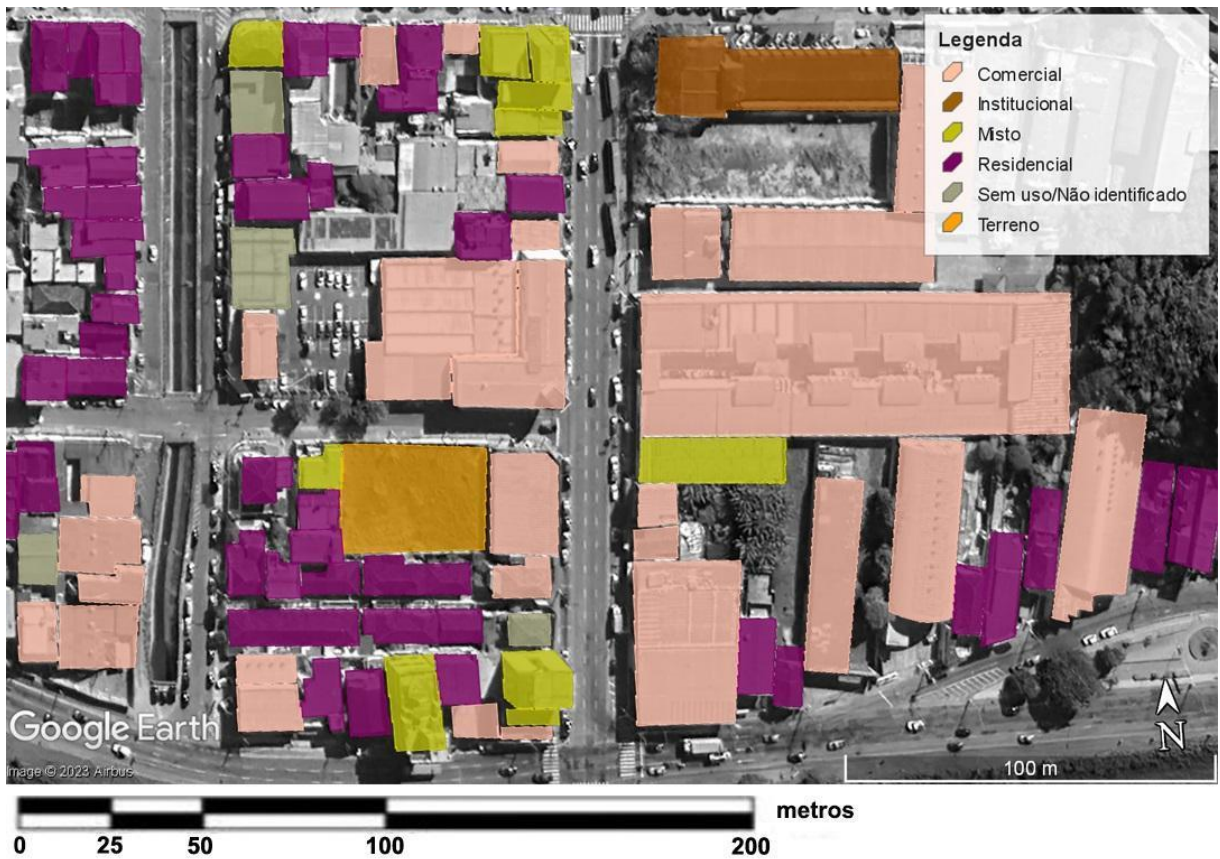


Adaptado de: Google Earth (2023).

A partir das considerações feitas quanto aos fluxos presentes no bairro, pode-se entender melhor, de maneira associada, os usos presentes das edificações do bairro, especialmente no entorno imediato do terreno (Figura 41). De maneira geral, nota-se uma ampla gama de usos ao longo do bairro. Dentre os mais comuns, visualiza-se o comercial, o que reafirma a vivacidade econômica da área em conjunto com a avenida presente, inclusive com alguns empreendimentos de grande porte, como supermercados, concessionária (situada ao lado do terreno) e também de pequeno porte, como lojas e comércios locais. Quanto a estes últimos, encontram-se também nas edificações de uso misto, na qual existe a loja no primeiro pavimento e, no(s) pavimento(s) acima, o uso residencial, muitas vezes do próprio comerciante. Outrossim, os usos residenciais estão amplamente presentes pelo bairro, com muitas casas presentes tanto no quarteirão do terreno quanto em outros quarteirões, o que propicia um acesso prático dos moradores a suas necessidades básicas, aliada à topografia do bairro, que no entorno do terreno, é predominantemente plana, com bem menos acíves e declives do que outras áreas

de Juiz de Fora. Salienta-se ainda o uso institucional presente nas proximidades, que corresponde à Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de Juiz de Fora.

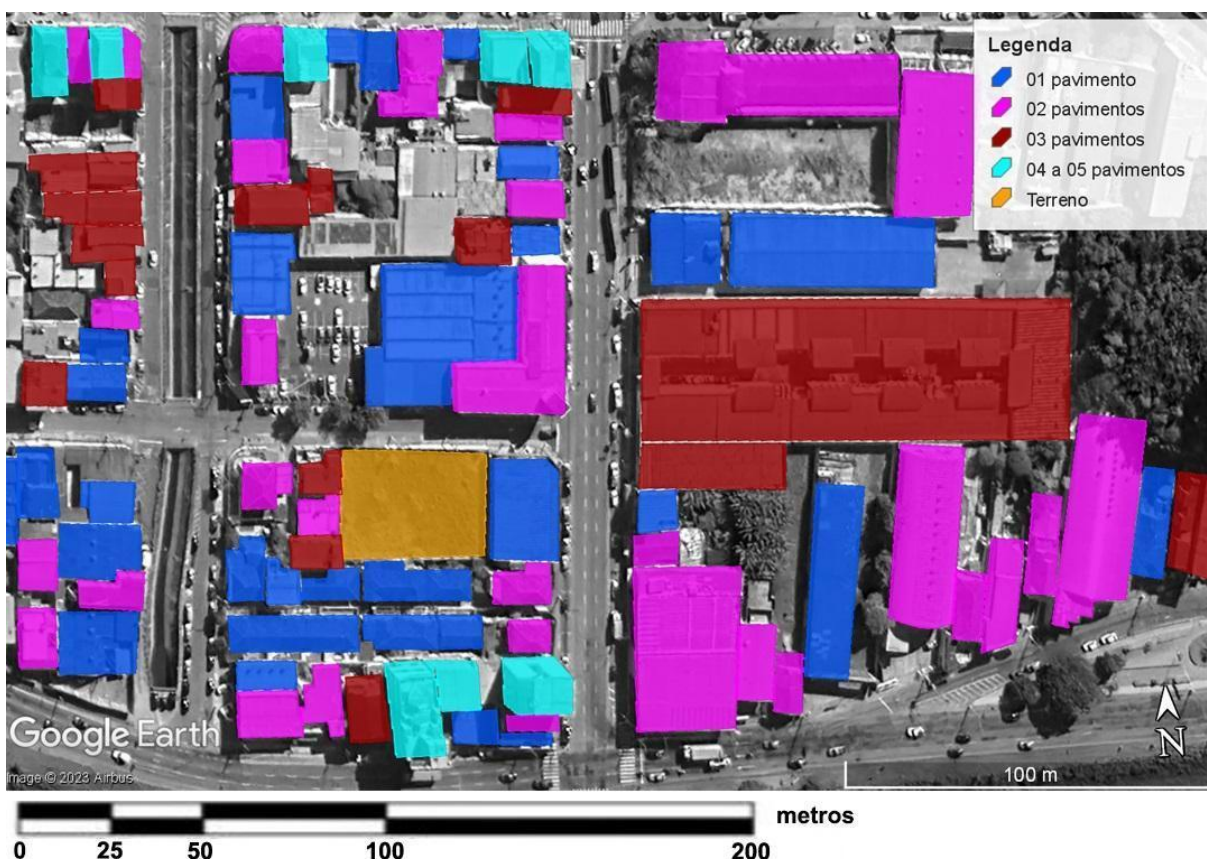
Figura 41 - Mapa de Usos.



Adaptado de: Google Earth (2023).

Complementando as análises dos arredores mais imediatos do terreno, pondera-se sobre os gabaritos presentes, figurados abaixo. Consta-se que prevalecem edifícios com poucos pavimentos na área estudada, com a maioria sendo de um ou dois pavimentos, o que está associado com os usos vistos e com a história do lugar, com muitas edificações, especialmente residenciais, sendo antigas e preservadas. A presença de edifícios de três pavimentos também é considerável. Há ainda, de maneira menos frequente, a presença de edifícios de quatro e cinco pavimentos, de usos mistos e residenciais, o que demonstra um crescimento do bairro. Pontua-se que nesta área de enfoque não são encontrados edifícios com o número de pavimentos igual ou superior a seis, porém, em outra parte do bairro, construiu-se um condomínio de prédios de grande porte, o que pode já foi comentado anteriormente e visto na Figura 33.

Figura 42 - Mapa de Gabaritos.



Adaptado de: Google Earth (2023).

Após a realização do diagnóstico e do mapeamento do entorno imediato do terreno, é essencial realizar o estudo do referido espaço com base na Legislação Urbana do município (2019). É ilustrado na Figura 43 que o lote se situa no Zoneamento Autorizado correspondente à Zona Comercial 5, bem como grande parte dos quarteirões situados nas proximidades, destacando-se que, conforme pode ser percebido no mapeamento de usos, mesmo com essa característica na legislação, o uso residencial está fortemente presente. No entorno imediato, encontra-se também a Zona Comercial 5 - Via especial, presente majoritariamente na avenida e em áreas conectadas a esta. Zoneamentos residenciais e também mistos são encontrados em outras áreas do bairro, o que reforça a ideia de pluralidade e retoma a vastidão de usos e serviços.

Tendo em vista a zona de uso comercial 5 percebida no local específico do projeto, entende-se, de maneira resumida, que o modelo de ocupação do espaço corresponde ao chamado M3, o que atribui ao lote um afastamento frontal mínimo de 3,00m e, quanto aos afastamentos laterais e de fundos, permite que uma divisa



comunitária em parte do terreno, o que constitui uma demanda local e pode ser entendido ainda como um elemento enriquecedor para o projeto de um espaço do gênero. Nesta praça, portanto, será estimulado o convívio dos frequentadores com os moradores do bairro e com visitantes de maneira intergeracional, mesmo com a proposta da edificação estando voltada para as pessoas da terceira idade. Acrescenta-se ainda às áreas descobertas a proposição de uma horta e de um pequeno pomar, com a presença de árvores frutíferas, cuja importância vai muito além de gerar os frutos que podem ser colhidos e consumidos de maneira saudável: são capazes de remeter a memórias afetivas, lembrando-se por exemplo de sabores, odores e momentos vivenciados há muitos anos, considerando-se que, em gerações mais antigas, muitas vezes, o contato com a natureza era mais intenso, tanto nos espaços urbanos, com quintais e jardins, como nas áreas rurais.

Ponderando-se agora acerca da edificação em si, retomam-se as análises quanto a Portaria nº 73 (2001), que estabelece um programa de necessidades básico e um dimensionamento mínimo para cada ambiente que deve preferencialmente compor o espaço. Destacando-se o número de cidadãos idosos no bairro e em seus arredores, de maneira aliada à diversidade de atividades e possibilidades almejadas para o projeto, o programa de necessidades aqui adotado irá extrapolar o indicado no referido documento, com maior demanda por ambientes e respectivas áreas, decisão que pode ser fundamentada ainda mais pela dimensão, forma e relevo do terreno, capaz de promover uma utilização positiva.

O Quadro 4, apresentado a seguir, apresenta a distribuição preliminar dos ambientes a serem incluídos no Centro, acompanhados de suas áreas e organizados a partir dos setores presentes na edificação, organizando e otimizando a funcionalidade e a prestação dos serviços.

Quadro 4 - Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento.

Setor	Ambiente	Pré-Dimensionamento (m <sup>2</sup> )
Convívio	3 salas para Atividades Coletivas	3 x 30,00 = 90,00
	2 salas para Atividades Individuais	2 x 12,00 = 24,00
	Sala de Convivência	45,00
	Salão de Festas para 200 pessoas	120,00
	2 Conjuntos de Sanitários, com 1 chuveiro cada, acessíveis	2 x 20,00 = 40,00
Administrativo	Recepção / Hall de Entrada	20,00
	Sala para Direção e Reuniões	15,00
	Sala para Técnicos	12,00
Serviços	Almoxarifado	10,00
	Copa e Cozinha	20,00
	Área de Serviço	5,00
	Depósito Geral	5,00
	2 Banheiros para Funcionários, com armários	2 x 4,00 = 8,00
Subtotal Construído		414,00
Circulação interna e divisórias (25% do subtotal)		103,50
<b>Total Construído</b>		<b>517,50</b>
Convívio Descoberto	Horta e Pomar	100,00
Espaços Públicos	Praça Comunitária	250,00
<b>TOTAL</b>		<b><u>867,50</u></b>

Fonte: Arquivo próprio.

Resumidamente, o Quadro acima permite perceber as configurações espaciais esperadas para o projeto, pensado cuidadosamente para atender devidamente aos frequentadores e à comunidade. Comenta-se que, dentre os espaços internos, o enfoque é mais direto e específico ao público-alvo, compreendendo as áreas para as atividades, bem como os setores de administração e serviços, utilizados pela equipe interdisciplinar que deverá atuar no local. Quanto às áreas descobertas e permeáveis, a horta e o pomar serão espaços capazes de remeter a pessoa idosa ao contato com a natureza e, conforme discorrido anteriormente. Complementa o projeto a existência da praça comunitária, que será, por sua vez, o local onde a maior parte das relações com a comunidade tenderão a ocorrer, integrando os frequentadores da terceira idade com a população local e, conseqüentemente, evitando portanto que ocorra um isolamento social.

### **3.4. Diretrizes**

Ao projetar um ambiente de uso coletivo, deve-se sempre atentar para que ele seja acessível e apropriado, permitindo com que as pessoas tenham experiências adequadas perante a sua utilização. Em virtude destes fatos, o projeto do Centro de Convivência no Bairro Santa Terezinha irá adotar, de maneira sucinta, as seguintes diretrizes que estão inseparavelmente associadas à promoção de um espaço de qualidade para a população idosa:

- Atendimento à ABNT NBR 9050:2020, cumprindo rigorosamente com o que é estabelecido pela mesma e promovendo a acessibilidade a todos os espaços da edificação, internamente, externamente e também em seus acessos e circulações. Em suma, visto que as normatizações e legislações se complementam e relacionam a fim de garantir que o espaço seja adequado, adotam-se também os estabelecimentos por normas correlatas, como por exemplo a ABNT NBR 16537:2016, que versa principalmente sobre sinalizações táteis no piso, indispensáveis para a efetiva acessibilidade, não só por considerar que o processo de envelhecimento traz, naturalmente, a redução da mobilidade, como também para garantir que o acesso possa ocorrer por pessoas com deficiência, objetivando a formação de um espaço de inclusão e igualdade, conforme é garantido a própria Constituição Federal



de 1988. Nota-se ainda o respeito às leis estabelecidas pela Legislação Urbana de Juiz de Fora (2019) como outra das diretrizes primordiais;

- Adoção das normas e princípios apresentados pela Portaria nº 73 (2001) no que tange ao Centro de Convivência como modalidade de atendimento e de serviços à pessoa idosa, considerando a relevância deste documento e as instruções apresentadas, que engloba desde aspectos técnicos e organizacionais a diretrizes quanto às demandas específicas do indivíduo, o que permite uma abordagem mais sensível e atenta a cada situação;
- Utilização, no projeto, de princípios do Desenho Universal, possibilitando e auxiliando para que os ambientes e seus mobiliários possam ser utilizados de maneira fácil e adaptável por todos os indivíduos;
- Promoção da integração entre as pessoas, as áreas verdes e as áreas edificadas a serem implantadas no local, ou seja, o consequente estímulo e fortalecimento à relação entre os indivíduos, entre si, com os espaços e com a comunidade, fomentando as trocas de experiências e valorizando as memórias e histórias, de maneira coletiva e individual.

Tomando-se como base as diretrizes previstas, compreende-se a correlação entre os variados fatores apresentados para a promoção do acesso e de apropriação e espera que, a partir dessas, possa-se guiar para o desenvolvimento de um projeto capaz de suscitar melhor qualidade de vida e atender, tecnicamente e sensivelmente, as demandas percebidas até então e outras que podem surgir ao longo do processo.

## **Considerações Finais**

Ao longo de todas as etapas da monografia, a relevância da temática quanto ao processo de envelhecimento e da produção de um espaço capaz de atender às pessoas idosas em uma realidade na qual a longevidade teve um crescimento significativo e tende a permanecer foi corroborada e fundamentada. Do mesmo modo, valoriza-se a perspectiva e considera-se as necessidades dos indivíduos na terceira idade, fundamentando a proposição deste local de integração e de estímulo às relações que ocorrem concomitantemente entre as pessoas e os espaços onde o convívio se desenvolve.

Perante a compreensão e as análises realizadas, são perceptíveis os possíveis desdobramentos deste trabalho, bem como a indubitável sensibilidade relativa ao contexto e público-alvo, valorizando as perspectivas individuais a fim de promover um espaço que permita apropriação ampla.

Conclui-se que um Centro de Convivência seria uma edificação com caráter positivo ao bairro Santa Terezinha, considerando os possíveis impactos, não só na melhoria da qualidade de vida da população idosa, como também contribuindo para o entorno e toda a comunidade da região, a partir das integrações e presença de espaços públicos articulados com a construção, o que colabora diretamente com o futuro desenvolvimento do TCC II.

## Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2020. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade – sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO. **Centro de Convivência do Idoso**. [s.d.]. Disponível em:

<http://www.amac.org.br/servicos/convivencia-fortalecimento-vinculos/centro-de-convivencia-do-idoso.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL, **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 139, p. 1, 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001**. Aprova as Normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasil, 2006. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html). Acesso em: 21 abr. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Situação da Praça de Santa Terezinha é discutida na Câmara Municipal**. Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/noticias/exibir/10424/Situacao-da-praca-de-Santa-Terezinha-e-discutida-na-Camara-Municipal.html?p=217>. Acesso em 01 jul. 2023.

CENTRO Sentidos para Idosos / Estudio Cordeyro & Asociados [Centro integral para adultos mayores Sentidos / Estudio Cordeyro & Asociados] 29 Set 2022. **ArchDaily Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/989616/centro-sentidos-para-idosos-estudio-cordeyro-and-asociados>. Acesso em: 19 mai. 2023. ISSN 0719-8906.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA. **Rio Paraibuna**. Juiz de Fora, s.d. Disponível em: <https://www.cesama.com.br/pesquisa-escolar/rio-paraibuna>. Acesso em: 09 jul. 2023.

DAGIOS, P.; VASCONCELLOS, C.; EVANGELISTA, D. H. R. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: comparação entre idosos não institucionalizados participantes de um centro de convivência e idosos institucionalizados em Ji-Paraná/RO. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2015. DOI: 10.22456/2316-2171.41571. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/41571>. Acesso em: 12 mai. 2023.

DELGADO, Caroline. Ações garantem acolhimento a idosos de Juiz de Fora. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/09/29/acoes-garantem-acolhimento-a-idosos-de-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DIÁRIO REGIONAL. **O Bairro Santa Terezinha**. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://diarioregionaldigital.com.br/?p=82205>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FIGUEIREDO JÚNIOR, J. M.; FERNANDES RIBEIRO, C. R.; GOMES DA SILVA, P. N. Resultados de um Programa de Promoção da Saúde sob a Expressividade e Sensorialidade em Idosos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2011. DOI: 10.22456/2316-2171.15920. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/15920>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FREITAS, Elizabete Viana de; MIRANDA, Roberto Dishinger. Avaliação Geriátrica Ampla. In: Elizabete Viana de *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 1375-1387.

FRILUFTSSYKEHUSET: o retiro de cuidados ao ar livre. **NiT**. Portugal, [201-]. Disponível em: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/turismos-rurais-e-hoteis/este-hotel-tem-uma-vista-360-o-sobre-as-auroras-boreais-e-os-fiordes/attachment/336317>. Acesso em: 31 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da População 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Brasília; 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noti>

cias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-dev-e-parar-de-crescer-em-2047. Acesso em: 08 mai. 2023.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005.

PERRACINI, Mônica Rodrigues. Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas. In: FREITAS, Elizabete Viana de *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 1836-1851.

POPULAÇÃO. **População Santa Terezinha - Juiz de Fora**. Disponível em: [http://populacao.net.br/populacao-santa-terezinha\\_juiz-de-fora\\_mg.html](http://populacao.net.br/populacao-santa-terezinha_juiz-de-fora_mg.html). Acesso em: 29 jun. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Compilação da Legislação Urbana**. Atualização Fevereiro 2019. Secretaria de Atividades Urbanas – Prefeitura de Juiz de Fora. 3ª ed. 364 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Centro de Convivência do Idoso abre inscrições para “Oficina de Memória”**. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=53880>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Fazenda da Tapera**. Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta\\_funalfa\\_patrimonio\\_historico\\_fazenda\\_tapera.php](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta_funalfa_patrimonio_historico_fazenda_tapera.php). Acesso em: 28 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **História da Cidade**. Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>. Acesso em: 23 jun. 2023.

RETIRO ao ar livre / Snøhetta [Outdoor Care Retreat / Snøhetta] 09 Jan 2019. **ArchDaily Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/909165/retiro-ao-ar-livre-snohetta>. Acesso em: 22 mai. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SENTIDOS. Funes, Argentina. Disponível em: <https://sentidos.com.ar/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

UFJF. **Jardim Botânico UFJF**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/jardimbotanico/visitacao/informacoes-gerais/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo- UNIFESP. DIMENSÕES. **Portal da Acessibilidade da UNIFESP**. Disponível em:  
<https://acessibilidade.unifesp.br/dimensoes> Acesso em 14 mai. 2023.

YASSUDA, Mônica Sanches *et al.* Memória e envelhecimento: aspectos cognitivos e biológicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 2046-2056.